



# **VTRM Energia Participações S.A.**

**Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas em 30 de setembro de 2021  
e relatório dos auditores independentes**





## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
VTRM Energia Participações S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da VTRM Energia Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da VTRM Energia Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VTRM Energia Participações S.A. e da VTRM Energia Participações S.A. e suas controladas em 30 de setembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

---

#### **Reapresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Chamamos a atenção para a Nota 2.6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas em virtude de correção e complemento de informações nas notas explicativas de investimentos (Nota 9 às demonstrações financeiras) e de seguros (Nota 28 às demonstrações financeiras), respectivamente. Emitimos nosso relatório do auditor independente original com data de 6 de dezembro de 2021 sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, sem modificação. Devido a essa atualização e reapresentação, estamos emitindo novo relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2021 e para o período de nove meses findo nessa data, que ora estão

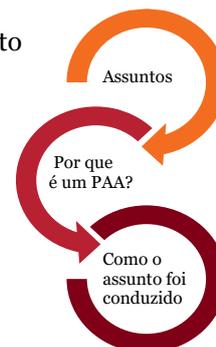
VTRM Energia Participações S.A.

sendo reapresentadas pela administração da Companhia, e portanto, nosso novo relatório, que substitui o anterior, não contém qualquer modificação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 30 de setembro de 2021, foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentam modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



### Porque é um PAA

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

#### **Generation Scaling Factor (GSF) (Nota 1.1.(b) e 11(b))**

Em setembro de 2021 a ANEEL homologou o prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), entre as quais incluem as usinas de sua controlada CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP"), UHE Paraibuna e a UHE Porto Primavera. O Conselho de Administração da CESP, havia aprovado a adesão à repactuação do risco hidrológico para tais usinas a partir da homologação e a controlada CESP não é parte de ação judicial sobre o tema.

Com a homologação dos prazos de extensão e adesão à repactuação do risco hidrológico, a CESP registrou o ativo intangível no valor total de R\$ 781.974 mil em contrapartida com a rubrica de Recuperação de custos na demonstração do resultado. A vida útil do ativo de repactuação do risco hidrológico, bem como dos ativos que possuem vida útil de acordo com o prazo de concessão foram ajustados conforme os novos prazos de concessão de cada usina. Em função da repactuação do risco hidrológico, com a extensão da concessão, a Administração da controlada CESP preparou estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil do

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

- Nos reunimos com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento das circunstâncias.
- Avaliamos as aprovações realizadas pelos órgãos de governança.
- Confrontamos os valores homologados pela ANEEL com àqueles contabilizados pela CESP.
- Entendemos as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções.
- Analisamos a adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os valores contabilizados, as premissas utilizadas e os correspondentes

---

### Porque é um PAA

ativo intangível em suas operações futuras, considerando o fluxo de caixa futuro das operações e do valor da indenização ao final da concessão, quando aplicável e identificou a necessidade de constituir provisão para *impairment* na UHE Porto Primavera no montante de R\$ 299.452 mil, com reconhecimento no resultado do período na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

O processo de estimativa na determinação do valor recuperável do ativo intangível requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função do impacto significativo na posição patrimonial e financeira da Companhia e por envolver julgamento da administração na determinação das premissas utilizadas nas análises de recuperabilidade.

---

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

cálculos efetuados pela administração em seu teste de *impairment* e as divulgações são consistentes com as informações obtidas em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

---

### Entidade de previdência a empregados (Nota 20)

Conforme descrito à Nota 20, a Companhia e suas controladas patrocinam planos de assistência médica e aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de complementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social.

Os planos classificados como "benefício definido" geram passivos líquidos no montante de R\$ 1.937.374 mil, os quais são calculados com referência as hipóteses atuariais que incluem taxa de desconto, taxa de inflação anual de longo prazo, mortalidade geral, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

Os cálculos atuariais base para determinação dessas obrigações são elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia e consideram hipóteses atuariais e

Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes:

- Reuniões com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento sobre como a administração mensura as obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar.
- Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido.
- Avaliação dos principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e avaliação das principais hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como, taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua

---

### Porque é um PAA

informações cadastrais sobre participantes dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde.

O processo de estimativa na determinação do valor presente com os planos requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas hipóteses.

Considerando que a utilização de diferentes estimativas e hipóteses para a determinação do valor presente dos planos poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, mantivemos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

---

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

de mortalidade, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários, conforme aplicável.

- Revisão da precisão matemática dos cálculos efetuados pelo atuário da Companhia.
- Teste, com base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pela avaliação atuarial de setembro de 2021.

Nossos procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio de nossos procedimentos, entendemos que os critérios de mensuração dos benefícios pós-emprego, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

---

### Provisões (Nota 19)

Em 30 de setembro de 2021, Companhia e suas controladas, possuem provisões para prováveis perdas decorrentes de processos judiciais que são mensuradas com base na análise de prognóstico dos respectivos processos e causas no valor de R\$ 1.324.891 mil. Adicionalmente, o Grupo possui ações tributárias, cíveis, ambientais, trabalhistas e de desapropriações em andamento no montante de R\$ 2.377.461 mil, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis pela administração, a partir de posições dos assessores jurídicos internos e externos do Grupo.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação da consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, também consideramos:

- Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre a mensuração e existência dos processos da Companhia.
- Avaliação, com o apoio de nossos especialistas, da consistência dos critérios e das premissas para mensuração, reconhecimento e classificação de risco de perda dos processos, preparada pela administração a partir de

---

### Porque é um PAA

de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requer que a administração das controladas exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia e suas controladas são parte envolvidas.

A determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e passivos contingentes divulgados em nota explicativa requer julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria considerando que a utilização de diferentes estimativas e premissas para a determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e divulgados poderiam produzir impactos significativamente diferentes daquelas apurados pela administração.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

avaliações realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

Obtenção de confirmações de informações diretamente com assessores jurídicos.

Discussão dos assuntos mais relevantes com os órgãos de governança da Companhia.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

---

### Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de *impairment*) (Notas 10 e 11)

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 8.890.528 mil e R\$ 2.184.980 mil, referente a ativos imobilizados e intangíveis, respectivamente, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública.

A Administração realiza, no mínimo anualmente, o teste de *impairment* desses ativos, baseado no método do valor em uso, o qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, tais como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Consideramos o teste de *impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis como um dos principais assuntos de auditoria em função da

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, dentre outros, a discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. Adicionalmente, incluíram:

- Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como análise das principais premissas utilizadas nas projeções.
- Revisão da análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

---

### **Porque é um PAA**

magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas utilizadas nos cálculos efetuados pela administração em seu teste de *impairment* e as divulgações são consistentes com as documentações apresentadas em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

---

### **Realização de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social (Nota 14)**

A Companhia e suas controladas apresentam, em 30 de setembro de 2021, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 3.444.995 mil. Esses valores são registrados na medida em que a administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos.

A Administração realiza projeção dos lucros tributáveis futuros, o qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, tais como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeção dos lucros tributáveis futuros. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura da Companhia exige julgamentos significativos pela administração. Por esse motivo e também pela magnitude dos valores em relação a posição patrimonial da Companhia, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, dentre outros, a discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

Adicionalmente, entendemos as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções envolvidas, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções.

Também analisamos a adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e premissas utilizados pela administração e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

---

**Porque é um PAA**

---

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

---

**Ativo sujeito a indenização (Nota 8)**

Em 30 de setembro de 2021, a controlada CESP - Companhia Energética de São Paulo possui valor de indenização a receber, líquido de provisão para perdas, no montante de R\$ 1.739.161 mil. Esse ativo é oriundo da indenização prevista nos contratos de concessão encerrados das Usinas Três Irmãos, Ilha Solteira e Jaguari. A Companhia discute na justiça o recebimento de valor superior ao contabilizado, mas estimou esse montante como um ativo incontroverso.

Este é um dos principais assuntos de nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas, tais como, determinação do valor incontroverso, ausência de atualização monetária do valor contabilizado, entre outros, que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor do ativo e, por consequência, no resultado do exercício.

Nossa abordagem de auditoria para o assunto considerou, entre outros, o entendimento do histórico do processo administrativo, análise das principais publicações de resoluções normativas, portarias, ofícios e notas técnicas do órgão regulador.

Também avaliamos, com o suporte de nossos especialistas, o processo em andamento, que foi uma das bases da administração para estimar o valor incontroverso envolvido.

Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação do ativo sujeito a indenização, bem como as divulgações efetuadas são consistentes com os dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo.

---

**Outros assuntos****Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico, e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

---

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

VTRM Energia Participações S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.



VTRM Energia Participações S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de janeiro de 2022

PRICEWATERHOUSECOOPERS  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça  
Contador CRC 1SP196994/O-2

## Índice

### Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balço patrimonial .....	1
Demonstração do resultado .....	3
Demonstração do resultado abrangente .....	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	5
Demonstração dos fluxos de caixa .....	6
Demonstração do valor adicionado .....	8

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1	Considerações gerais .....	9
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis .....	16
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB .....	20
4	Apresentação de informações por segmento de negócio .....	21
5	Caixa e equivalentes de caixa .....	25
6	Contas a receber de clientes .....	26
7	Cauções e depósitos judiciais .....	27
8	Ativo sujeito à indenização .....	28
9	Investimentos .....	30
10	Imobilizado .....	33
11	Intangível .....	36
12	Empréstimos e financiamentos .....	42
13	Fornecedores .....	45
14	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos .....	45
15	Encargos setoriais .....	48
16	UBP – Uso do Bem Público .....	49
17	Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos .....	49
18	Provisão de ressarcimento .....	50
19	Provisões .....	52
20	Benefícios pós-empregado .....	55
21	Partes relacionadas .....	61
22	Patrimônio líquido .....	63
23	Receita .....	64
24	Custos e despesas .....	66
25	Resultado financeiro líquido .....	68
26	Instrumento financeiro e gestão de risco .....	69
27	Pesquisa e desenvolvimento .....	77
28	Seguros .....	78
29	Compromissos de longo prazo .....	78
30	Eventos subsequentes .....	79

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**Balanzo patrimonial**  
**Períodos findos em 30 de setembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/9/2021	31/12/2020	30/9/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	193.079	101.711	1.376.313	1.102.652
Fundo de liquidez - Conta reserva	5.1	-	-	2.402	6.740
Contas a receber de clientes	6	-	-	324.207	384.390
Tributos a recuperar		4.068	3.322	80.249	65.624
Dividendos a receber	21	783	246.679	-	-
Partes relacionadas	21	-	-	3.649	7.043
Ordens de projetos - P&D	27	-	-	59.010	52.685
Outros ativos		594	660	24.264	21.712
		<u>198.524</u>	<u>352.372</u>	<u>1.870.094</u>	<u>1.640.846</u>
Ativos disponíveis para venda		-	-	8.487	-
		<u>198.524</u>	<u>352.372</u>	<u>1.878.581</u>	<u>1.640.846</u>
<b>Não circulante</b>					
Fundo de liquidez – Conta reserva	6.1	-	-	97.983	76.295
Partes relacionadas	21	56.377	-	64.036	11.421
Cauções e depósitos judiciais	7	-	-	213.684	260.496
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14 (b)	-	-	3.444.995	3.954.680
Almoxarifado		-	-	5.974	6.199
Ativo sujeito à indenização	8	-	-	1.739.161	1.739.161
Outros ativos		-	-	354	355
		<u>56.377</u>	<u>-</u>	<u>5.566.187</u>	<u>6.048.607</u>
Investimentos	9	4.444.437	3.943.471	-	-
Imobilizado	10	14.407	159.969	8.890.528	8.825.418
Intangível	11	120.326	122.967	2.184.980	1.770.768
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		48	110	5.670	6.433
		<u>4.635.595</u>	<u>4.226.517</u>	<u>16.647.365</u>	<u>16.651.226</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>4.834.119</u>	<u>4.578.889</u>	<u>18.525.946</u>	<u>18.292.072</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**Balanco patrimonial**  
**Períodos findos em 30 de setembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/9/2021	31/12/2020	30/9/2021	31/12/2020
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	112.867	128.977
Fornecedores	13	35.923	37.544	290.400	147.934
Arrendamentos		53	87	1.845	1.787
Instrumentos financeiros derivativos	26.2	-	-	45.944	95.084
Contratos futuros de energia		-	-	23.877	17.336
Obrigações estimadas e folha de pagamento		1.527	2.342	22.230	25.729
Tributos a recolher		267	7.706	27.846	53.614
Encargos setoriais	15	-	-	75.955	76.507
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	21	-	279.302	290	632.008
UBP - Uso do bem público	16	-	-	40.421	41.307
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	17	-	-	40.441	34.478
Provisão de ressarcimento	18	-	-	307.779	64.582
Outros passivos		61	48	75.920	24.381
		<u>37.831</u>	<u>327.029</u>	<u>1.065.815</u>	<u>1.343.724</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	4.209.506	3.620.711
Fornecedores	13	42.462	41.538	42.462	41.538
Arrendamentos		-	31	4.024	4.820
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	9.141
Contratos futuros de energia		-	-	1.166	4.108
Tributos a recolher		-	-	11.242	10.525
Encargos setoriais	15	-	-	1.240	1.240
Partes relacionadas	21	44.552	-	61.937	16.970
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14 (b)	331.358	330.317	353.857	357.238
UBP - Uso do bem público	16	-	-	88.738	114.057
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	17	-	-	220.696	229.335
Provisão de ressarcimento	18	-	-	9.818	76.221
Provisões	19	-	-	1.324.892	1.748.306
Benefícios pós-emprego	20	-	-	1.937.374	2.412.379
Outros passivos		1.023	617	47.888	48.103
		<u>419.395</u>	<u>372.503</u>	<u>8.314.840</u>	<u>8.694.692</u>
<b>Total do passivo</b>		<b>457.226</b>	<b>699.532</b>	<b>9.380.655</b>	<b>10.038.416</b>
Patrimônio líquido					
Capital social	22	2.977.983	2.977.983	2.977.983	2.977.983
Reservas de lucros		1.817.154	1.537.852	1.817.154	1.537.852
Ajustes de avaliação patrimonial		(462.533)	(636.478)	(462.533)	(636.478)
Lucro do período		44.289	-	44.289	-
		<u>4.376.893</u>	<u>3.879.357</u>	<u>4.376.893</u>	<u>3.879.357</u>
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		4.376.893	3.879.357	4.376.893	3.879.357
Participação dos acionistas não controladores		-	-	4.768.398	4.374.299
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>4.376.893</b>	<b>3.879.357</b>	<b>9.145.291</b>	<b>8.253.656</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.834.119</b>	<b>4.578.889</b>	<b>18.525.946</b>	<b>18.292.072</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**Demonstração do resultado**  
**Períodos findos em 30 de setembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestados	23	-	-	1.856.801	1.706.859
Custo com energia elétrica	24	-	-	(921.312)	(517.912)
Custo com operação	24	-	-	(497.739)	(464.446)
Repactuação do risco hidrológico	1.1.1 (b)	-	-	781.974	-
<b>Lucro bruto</b>		-	-	1.219.724	724.501
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	24	(23.823)	(15.699)	(109.514)	(98.652)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(8.608)	3.476	80.076	97.083
		(32.431)	(12.223)	(29.438)	(1.569)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>		(32.431)	(12.223)	1.190.286	722.932
<b>Resultado de participações societárias</b>					
Equivalência patrimonial		64.662	28.758	-	-
		64.662	28.758	-	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>	25				
Receitas financeiras		24.193	3.141	61.667	34.149
Despesas financeiras		(11.134)	(480)	(623.127)	(538.261)
		13.059	2.661	(561.460)	(504.112)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		45.290	19.196	628.826	218.820
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Correntes	14 (a)	40	-	(11.384)	(98.831)
Diferidos		(1.041)	2.632	(286.059)	(26.975)
<b>Lucro líquido do período atribuído aos acionistas</b>		44.289	21.828	331.383	93.014
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores		44.289	21.828	44.289	21.828
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas não controladores				287.094	71.186
<b>Lucro líquido do período</b>		44.289	21.828	331.383	93.014
Lucro básico e diluído por lote de mil ações, em reais		22,31	11,00	166,94	46,86

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**Demonstração do resultado abrangente**  
**Períodos findos em 30 de setembro**  
**Em milhares de reais**

	Controladora		Consolidado	
	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020
Lucro líquido do período	44.289	21.828	331.383	93.014
<b>Outros componentes do resultado abrangente do período a serem posteriormente reclassificados para o resultado</b>				
Instrumentos financeiros derivativos, líquido dos efeitos tributários	18.316	(59.667)	41.876	(149.168)
Remensuração de benefícios de aposentadoria, líquido dos efeitos tributários	156.962	-	392.349	-
<b>Outros componentes do resultado abrangente do período que não serão posteriormente reclassificados para o resultado</b>				
Perda em participação de investida	(1.333)	-	(3.332)	-
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>218.234</b>	<b>(37.839)</b>	<b>762.276</b>	<b>(56.154)</b>
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores			218.234	(37.839)
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas não controladores			544.042	(18.315)
			<b>762.276</b>	<b>(56.154)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Períodos findos em 30 de setembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Reserva de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
		Capital social	Legal	Retenção	Lucros acumulados					
<b>Em 1º de janeiro de 2020</b>		2.977.983	29.188	1.032.235		(207.123)	3.832.283	4.349.006	8.181.289	
<b>Resultado abrangente do período</b>										
Lucro líquido do período		-	-	-	21.828	-	21.828	71.186	93.014	
Resultado abrangente do período		-	-	-	-	(59.667)	(59.667)	(89.501)	(149.168)	
<b>Total do resultado abrangente do período</b>		-	-	-	21.828	(59.667)	(37.839)	(18.315)	(56.154)	
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>		2.977.983	29.188	1.032.235	21.828	(266.790)	3.794.444	4.330.691	8.125.135	
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>		2.977.983	60.428	1.477.424	-	(636.478)	3.879.357	4.374.299	8.253.656	
Lucro líquido do período		-	-	-	44.289	-	44.289	287.094	331.383	
Resultado abrangente do período		-	-	-	-	173.945	173.945	256.948	430.893	
<b>Resultado abrangente do período</b>					44.289	173.945	218.234	544.042	762.276	
Dividendos adicionais deliberados	1.1.2 (d)	-	-	-	-	-	-	(150.050)	(150.050)	
Dividendos revertidos	1.1.2 (e)	-	-	279.302	-	-	279.302	-	279.302	
Dividendos e juros sobre capital próprios não reclamados		-	-	-	-	-	-	107	107	
<b>Contribuições e distribuições aos acionistas</b>		-	-	279.302	-	-	279.302	(149.943)	129.359	
<b>Em 30 de setembro de 2021</b>		2.977.983	60.428	1.756.726	44.289	(462.533)	4.376.893	4.768.398	9.145.291	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.  
5 de 82

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**Demonstração do fluxo de caixa**  
**Períodos findos em 30 de setembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		45.290	19.196	628.826	218.820
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação e amortização	24	2.703	62	409.563	396.271
Amortização de ágio	10 e 11	-	-	26.144	27.315
Baixa de imobilizado	10	-	-	3.070	541
Repactuação do risco hidrológico		-	-	(781.974)	-
Provisão de <i>impairment</i> de ativo intangível		-	-	299.452	-
Equivalência patrimonial	9 (a)	(64.662)	(28.758)	-	-
Juros e variações monetárias	12 (c)	-	-	301.800	184.312
Apropriação de custos de captação	12 (c)	-	-	10.168	22.972
Baixa de depósitos judiciais	7 (a)	-	-	52.117	68.713
Prêmio repactuação risco hidrológico		-	-	-	12.554
Hedge <i>accounting</i> operacional	26.2	-	-	76.427	79.558
Contratos futuros de energia	24	-	-	3.599	(13.836)
Rendimento sobre fundo de reserva		-	-	(2.225)	(1.387)
Custo de serviços de benefícios pós-emprego	20 (b)	-	-	1.314	(366)
<b>Constituição (reversão) de provisões</b>					
Reversão da provisão para litígios	19 (a)	-	-	(450.631)	(129.240)
Provisão de ressarcimento	18	-	-	176.794	64.996
<b>Atualizações de saldos</b>					
Provisão para litígios	19 (a)	-	-	145.406	226.492
Benefícios pós-emprego	20 (b)	-	-	118.591	44.717
Depósitos judiciais	7 (a)	-	-	(6.719)	(6.709)
<b>Ajuste a valor presente</b>					
Obrigações socioambientais	17	-	-	9.815	10.558
UBP - Uso do bem público	16	-	-	4.278	6.138
Operações com partes relacionadas		(11.825)	-	(11.690)	(100)
Arrendamentos		5	10	181	228
		(28.489)	(9.490)	1.014.306	1.212.547
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>					
Contas a receber de clientes		-	-	60.183	(34.277)
Tributos a recuperar		(746)	(851)	(14.625)	(15.922)
Almoxarifado		-	-	225	1.412
Cauções e depósitos judiciais		-	-	1.414	4.170
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	(63.112)
Partes relacionadas		-	-	7.436	3.933
Demais créditos e outros ativos		87	9.742	(7.348)	(53.085)
<b>Acrécimo (decrécimo) em passivos</b>					
Fornecedores		(697)	107.379	143.390	129.134
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(71.208)	-
Obrigações estimadas e folha de pagamento		(815)	319	(3.499)	(632)
Tributos a recolher		(7.399)	63	2.786	44.642
Encargos setoriais		-	-	(2.080)	(1.161)
Pagamento de Obrigações socioambientais	17	-	-	(12.491)	17.921
Pagamento de UBP - Uso do bem público	16	-	-	(31.808)	(18.289)
Pagamento de litígios	19 (a)	-	-	(118.189)	(52.495)
Pagamento a benefícios pós-emprego		-	-	(443)	(349)
Demais obrigações e outros passivos		419	145	44.495	(76.418)
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) operações</b>					
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12 (c)	-	-	(179.046)	(173.276)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(39.221)	(56.401)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>					
		(37.640)	107.307	794.277	868.342

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**Demonstração do fluxo de caixa**  
**Períodos findos em 30 de setembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Resgate/Aplicação de conta reserva		-	-	(15.125)	(3.018)
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 11	(10.712)	(156.604)	(432.265)	(137.619)
Aquisição de investimento Ventos do Piauí II e III		-	(123.261)	-	-
Aumento de capital em investidas	9 (b)	(246.866)	(9.033)	-	-
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio		386.657	179.936	-	-
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b>129.079</b>	<b>(108.962)</b>	<b>(447.390)</b>	<b>(140.637)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Captação de recursos	12 (c)	-	-	538.842	1.500.747
Liquidação de empréstimos e financiamentos	12 (c)	-	-	(79.881)	(1.572.472)
Custo da captação de recursos	12 (c)	-	-	(19.198)	(50.612)
Liquidação de arrendamentos		(70)	(71)	(1.325)	(1.837)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	1.1.2 (d)	-	-	(502.359)	(363.716)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(70)</b>	<b>(71)</b>	<b>(63.921)</b>	<b>(487.890)</b>
<b>Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>91.368</b>	<b>(1.726)</b>	<b>273.661</b>	<b>204.744</b>
Caixa incluído pela incorporação da SF Ninety Two Participações S.A.		-	60.151	-	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>		<b>101.711</b>	<b>52.113</b>	<b>1.102.652</b>	<b>992.180</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>		<b>193.079</b>	<b>110.538</b>	<b>1.376.313</b>	<b>1.196.924</b>
<b>Principais transações que não afetaram o caixa</b>					
Aporte de capital Ventos do Piauí II e III	1.1.2 (c)	188.659	-	-	-
Cisão parcial da Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A	1.1.2 (a)	(32.384)	-	-	-
Incorporação SF Ninety Two Participações Societárias S.A. - Investimento na CESP		-	1.429.188	-	-
Incorporação SF Ninety Two Participações Societárias S.A. - Mais valia CESP		-	30.582	-	-
Incorporação SF Ninety Two Participações Societárias S.A.		-	(1.401.500)	-	-

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**Demonstração do valor adicionado**  
**Períodos findos em 30 de setembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020
<b>Geração do valor adicionado</b>	23				
Receita bruta		-	-	2.271.308	1.991.292
Provisão de ressarcimento		-	-	(176.794)	(64.996)
				2.094.514	1.926.296
<b>Insumos</b>	24				
Energia comprada e encargos de uso da rede elétrica		-	-	(921.312)	(517.912)
Repactuação do risco hidrológico		-	-	781.974	-
Serviços de terceiros		-	-	(51.784)	(38.348)
Materiais		-	-	(8.796)	(4.183)
Outros custos operacionais		-	-	(7.164)	(6.379)
		-	-	(207.082)	(566.822)
<b>Valor adicionado bruto</b>		-	-	1.887.432	1.359.474
<b>Retenções</b>	24				
Depreciação e amortização		(2.703)	(62)	(409.563)	(396.271)
Amortização de ágio		-	-	(26.218)	(27.315)
Contratos futuros de energia		-	-	(3.599)	13.836
		(2.703)	(62)	(439.380)	(409.750)
<b>Valor adicionado líquido gerado</b>		(2.703)	(62)	1.448.052	949.724
<b>Transferências</b>					
Receitas financeiras	25	24.193	3.141	61.667	34.149
Equivalência patrimonial	9 (a)	64.662	28.758	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	14 (a)	(1.041)	2.632	(286.059)	(26.975)
		87.814	34.531	(224.392)	7.174
<b>Outras</b>	24				
Reversão da provisão para litígios		-	-	450.631	129.240
Baixa com depósitos judiciais		-	-	(44.328)	(46.806)
Provisão de <i>impairment</i> de ativo intangível		-	-	(299.452)	-
Seguros		-	-	(3.279)	(7.165)
Outras receitas (despesas), operacionais líquidas		(24.983)	(7.032)	(46.520)	(6.443)
		(24.983)	(7.032)	57.052	68.826
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		60.128	27.437	1.280.712	1.025.724
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
<b>Pessoal</b>	24				
Remuneração direta		2.602	3.480	37.858	47.276
Encargos sociais		1.597	1.430	18.707	15.229
Benefícios		546	219	12.898	6.765
		4.745	5.129	69.463	69.270
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>					
Juros e atualização monetária	25	-	-	301.800	184.312
Outras despesas financeiras	25	11.134	480	321.327	353.949
Aluguéis	24	-	-	7.642	6.911
		11.134	480	630.769	545.172
<b>Intrasetoriais - Encargos regulamentares</b>	23				
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		-	-	27.949	34.515
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	11.563	10.293
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		-	-	5.382	4.637
Reserva Global de Reversão - RGR		-	-	1.333	1.910
		-	-	46.227	51.355
<b>Tributos e contribuições sociais</b>					
Federais		(40)	-	200.699	264.865
Estaduais		-	-	2.062	1.983
Municipais		-	-	109	65
		(40)	-	202.870	266.913
<b>Remuneração de capitais próprios</b>					
Lucro líquido do período		44.289	21.828	331.383	93.014
		44.289	21.828	331.383	93.014
<b>Valor adicionado distribuído</b>		60.128	27.437	1.280.712	1.025.724

(i) Considerando os efeitos no período, a Companhia adotou a política contábil de demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferido dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.

## 1 Considerações gerais

A VTRM Energia Participações S.A. ("Companhia" ou "VTRM"), com sede na Av. Dra. Ruth Cardoso, 8.501, sala 01, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, São Paulo - SP, é uma holding que tem por objetivo ser plataforma de investimentos relacionados à aquisição e desenvolvimento de novos ativos de geração de energia renovável no Brasil e o objetivo de suas controladas é o planejamento, construção, instalação, operação e manutenção de sistemas de geração de energia eólica e hidrelétrica, assim como a comercialização da energia produzida por estes sistemas.

A Companhia é controlada diretamente em conjunto pela Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE") e pelo Canada Pension Plan Investment Board ("CPP Investments").

As atividades de suas controladas operacionais, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 18 de outubro de 2021, a Votorantim S.A. e o CPP Investments anunciaram a intenção de consolidar ativos de energia no Brasil. A consolidação pretende acontecer por meio de duas transações, que estão descritas com maiores detalhes na Nota 30 - Eventos subsequentes.

As controladas hidrelétricas e eólicas da companhia possuem as características listadas abaixo:

	Capacidade (Mwm)	Localização	Início	Término
<b>Usinas hidroelétricas</b>				
UHE Porto Primavera	1.540,0	Rosana - SP e Batayporã - MS	23/01/1999	15/04/2056
UHE Paraibuna	87,0	Paraibuna - SP	24/04/1978	03/06/2022
<b>Complexo de geração eólicas</b>				
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	18,4	Simões - PI	18/08/2014	18/08/2049
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	27,6	Simões - PI	18/08/2014	18/08/2049
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	29,9	Simões - PI	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	18,4	Simões - PI	25/08/2014	25/08/2049
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	18,4	Simões - PI	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	25,3	Araripina - PE	02/09/2014	02/09/2049
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	25,3	Araripina - PE	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	29,9	Araripina - PE	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	29,9	Araripina - PE	11/05/2015	11/05/2050
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	27,6	Araripina - PE	02/09/2014	02/09/2049
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	27,6	Simões - PI	11/05/2015	11/05/2050
Ventos de São Virgílio I Energias Renováveis S.A.	29,9	Simões - PI	08/05/2015	08/05/2050
Ventos de São Virgílio II Energias Renováveis S.A.	29,9	Simões - PI	20/08/2015	20/08/2050
Ventos de São Virgílio III Energias Renováveis S.A.	19,8	Curral Novo do Piauí - PI	08/05/2015	08/05/2050
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	42,0	Ouricuri - PE	19/08/2022	10/11/2055
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	46,2	Ouricuri e Araripina - PE	22/07/2022	10/11/2055
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	42,0	Curral Novo do Piauí - PI	27/05/2022	10/11/2055
Ventos de São Crispim Energias Renováveis S.A.	46,2	Serra do Mel - PI	30/09/2022	10/11/2055
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	33,6	Curral Novo do Piauí - PI	13/05/2022	10/11/2055
Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	46,2	Betânia do Piauí e Curral Novo do Piauí - PI	16/09/2022	10/11/2055
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	37,8	Betânia do Piauí - PI	02/09/2022	10/11/2055
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	42,0	Curral Novo do Piauí - PI	24/06/2022	10/11/2055
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	37,8	Betânia do Piauí e Paulistana - PI	11/11/2022	10/11/2055
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	37,8	Betânia do Piauí - PI	28/10/2022	10/11/2055
	<u>2.602,3</u>			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 1.1 Principais eventos ocorridos durante o período findo de 2021

### 1.1.1 Principais eventos operacionais

#### (a) Incidente ocorrido na subestação coletora de Ventos do Araripe III

Em 12 de fevereiro de 2021, um novo incidente na subestação coletora que interliga as empresas do complexo Ventos do Araripe III, provocou o desligamento do transformador de força ("trafo") remanescente dessa subestação. Este fato, causou a interrupção total do escoamento da geração de energia do complexo, visto que o outro transformador estava fora de operação em decorrência do sinistro ocorrido em junho de 2020. O parque retornou à operação comercial no dia 29 de abril, data final do conserto do transformador relativo à primeira ocorrência.

Com relação à segunda ocorrência, a Administração da Araripe III acionou o fabricante do transformador e as principais empresas do setor para obtenção de parecer sobre a viabilidade de seu conserto ou necessidade de substituição, e, em razão de parecer favorável ao conserto, seguiu com o seu reparo, com prazo de conclusão contratado para dezembro de 2021.

A interrupção do escoamento da geração de energia do complexo deverá ser refletida na provisão para ressarcimento anual que as empresas apuram mensalmente em razão da efetiva geração de energia, com consequente redução na receita líquida das empresas, até que a situação seja normalizada. Esse impacto tende a ser minimizado em razão de apólice de seguro que as controladas possuem para os principais riscos associados aos ativos, incluindo danos aos transformadores, com cobertura para danos materiais e lucros cessantes.

Durante o segundo e terceiro trimestre de 2021, a Companhia discutiu junto à seguradora as premissas envolvidas no cálculo da indenização para os sinistros e enviou seu pleito para avaliação.

Com relação ao primeiro sinistro, a seguradora sinalizou em agosto para a Diretoria da Companhia, que o valor total da indenização será de cerca de R\$ 53 milhões (R\$ 5 milhões para os danos materiais e R\$ 48 milhões para os lucros cessantes).

O valor relativo à essa indenização ainda não foi reconhecido contabilmente até o momento, pois apesar da expectativa do recebimento da indenização da parcela dos lucros cessantes ocorrer na VTRM ao invés das empresas do complexo de Ventos de Araripe III, até o fechamento dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2021, ainda não foi obtido pela VTRM a confirmação junto aos seus credores quanto a esse pleito.

#### (b) Repactuação do Risco Hidrológico GSF (*Generation Scaling Factor*)

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Nota 1.1 (k)), a controlada CESP vinha acompanhando o processo de regulamentação da Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, a qual estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo a compensação das geradoras por meio de extensão de prazo de concessão de suas outorgas, em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que impactaram de forma negativa o GSF após 2012.

Em reunião realizada em 29 de março de 2021, o Conselho de Administração da controlada CESP aprovou:

- i. a concordância com os termos propostos no Ofício nº 36/2021, para que seja celebrado termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 3/2004, para previsão da extensão provisória de 6 meses da outorga da Usina Hidrelétrica (UHE) Paraibuna;
- ii. o envio de manifestação à ANEEL informando não haver interesse da Companhia em dar continuidade ao pedido de prorrogação por 30 anos da outorga da UHE Paraibuna que, assim, se encerra com o fim da extensão definitiva por conta da compensação prevista na Lei nº 14.052/2020;
- iii. adesão à repactuação do risco hidrológico para as usinas Paraibuna e Porto Primavera e consequente extensão de outorga, em razão da compensação prevista nos termos da Lei nº 14.052/2020.

Nos termos das Resoluções Homologatórias nº 2.919 de 03 de agosto de 2021 e nº 2.932 de 14 de setembro de 2021, a ANEEL homologou o prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), entre as quais se incluem a UHE Paraibuna e a UHE Porto Primavera, respectivamente.

Usina	Valor	Impairment - provisão	Amortização acumulada	Intangível líquido	Prazo de extensão	Data fim da concessão
UHE Paraibuna	43.294	-	(18.554)	24.740	15 meses	3 de junho de 2022
UHE Porto Primavera	738.680	(299.452)	-	439.228	7 anos	13 de abril de 2056
<b>Total</b>	<b>781.974</b>	<b>(299.452)</b>	<b>(18.554)</b>	<b>463.968</b>		

A controlada CESP não é parte de ação judicial sobre o tema, não tendo quaisquer valores devidos relacionados a risco hidrológico, com exigibilidade suspensa no âmbito da liquidação financeira da CCEE, sendo que a opção pela repactuação não depende de desembolso de caixa ou de qualquer pagamento de prêmio pela Companhia.

Com a homologação dos prazos de extensão e adesão à repactuação do risco hidrológico, a CESP registrou o ativo intangível (Nota 11 (a)) em contrapartida com a rubrica de Recuperação de custos na Demonstração do resultado (Nota 24). A vida útil do ativo de repactuação do risco hidrológico, bem como dos ativos que possuem vida útil de acordo com o prazo de concessão (Outorga, Uso do bem público, terrenos e outros) serão ajustados conforme os novos prazos de concessão de cada usina.

### (c) Restrições hidráulicas na UHE Porto Primavera

Considerando a permanência do cenário de crise hidrológica no país, e especialmente na bacia do Rio Paraná, onde se localiza a UHE Porto Primavera, causado pela precipitação significativamente abaixo da média nas principais bacias hidrográficas com usinas hidrelétricas integrantes do Sistema Interligado Nacional (“SIN”), com as piores sequências hidrológicas do histórico de vazões registrado em 91 anos, as autoridades governamentais têm determinado, desde o fim de 2020, medidas visando garantir a governabilidade hidráulica da bacia, inclusive por meio da redução das vazões mínimas praticadas.

Nesse contexto, e considerando o Alerta de Emergência Hídrica emitido pelo Sistema Nacional de Meteorologia (“SNM”) e a Resolução da ANA que declarou a situação crítica de escassez dos recursos hídricos na bacia do Rio Paraná, bem como os estudos técnicos do ONS, foi estabelecido um conjunto de medidas urgentes de flexibilização de restrições hidráulicas a ser adotado, em caráter excepcional, como alternativa para enfrentamento da escassez hídrica e seus impactos diversos, dado o risco de comprometimento da geração de energia elétrica para atendimento ao SIN. Entre essas medidas, foi determinada a flexibilização da vazão da UHE Porto Primavera para 2.700m<sup>3</sup>/s, de forma estável, até 1º de julho de 2021, com a realização dos testes de redução das vazões em junho de 2021, nos termos da Portaria MME nº 524/2021, de 11 de junho de 2021, e conforme aprovado pelo IBAMA no Plano de Trabalho para Redução da Vazão Defluente na UHE Porto Primavera.

Durante o processo de redução controlada e monitorada da vazão, atingiu-se o valor mínimo de 2.900 m<sup>3</sup>/s, em linha com decisão da CREG - Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética, com o envio de

relatórios periódicos de monitoramento ao IBAMA, nos termos previstos no Plano de Trabalho. A vazão mínima defluente da UHE Porto Primavera se manteve em 2.900 m<sup>3</sup>/s até o dia 21 de agosto de 2021, quando o ONS comandou o aumento das vazões até o atingimento de valores considerados normais, que permaneceram até o final do trimestre.

A operação de flexibilização foi determinada pela Câmara com o objetivo de minimizar a degradação dos níveis de armazenamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas localizadas nas regiões Sudeste e Sul.

Nos termos de outra decisão da CREG, a controlada CESP realizou estudo sobre a permanência de flexibilizações hidráulicas durante o próximo período úmido, que foi apresentado para o IBAMA ANA e ONS, e posteriormente enviado para avaliação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).

Ainda, a Administração da controlada CESP avaliou que não possui, em 30 de setembro de 2021, qualquer obrigação presente como resultado do evento de redução da vazão, que justificasse o reconhecimento de provisões que pudessem ser necessárias para cobrir obrigações e/ou desvalorização de seus ativos.

**(d) Homologação da TUST**

A Resolução Homologatória nº 2.896 de 13 de julho de 2021, estabeleceu o valor das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (“TUST”) de energia elétrica, componentes do Sistema Interligado Nacional com vigência no período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. A nova tarifa aplicada à UHE Porto Primavera é de R\$ 10,815/kW, aumento de 24% com relação a tarifa do ciclo anterior (R\$ 8,721/kW).

**(e) Alienação de participação de investidas da VTRM (Projeto ON/PN - VTRM x CBA)**

A VTRM concretizou em 30 de setembro de 2021, após o cumprimento de condições precedentes previstas no contrato de venda de ações firmado em 14 de agosto de 2020, junto à empresa Cia Brasileira de Alumínio, a alienação da participação nas investidas Ventos de Santo Anselmo e Ventos de Santo Isidoro, nos percentuais de 49%, pelo valor total de R\$ 64.387.

Em 14 de agosto de 2020, foi firmado um acordo de acionistas, que prevê entre outras questões (i) que os riscos e benefícios (acesso aos retornos) sobre os investimentos serão assumidos integralmente pela VTRM, e (ii) uma opção de compra dessas ações outorgada pela contraparte para VTRM e uma opção de venda dessas ações outorgada pela VTRM para a contraparte após o período de 10 (dez) anos, ou a qualquer tempo, mesmo antes do término do período de 10 (dez) anos nas hipóteses indicadas no Acordo de Acionistas, pelo mesmo valor da alienação. Como VTRM possui no momento corrente acesso integral aos retornos dessas investidas, a proporção alocada aos seus investimentos foi determinada levando em consideração tal fato.

Portanto, as demonstrações financeiras consolidadas contemplam os saldos integrais dessas investidas, bem como o saldo a receber em razão da alienação das ações, no montante de R\$ 56.377, que será recebido em 5 parcelas anuais a partir de janeiro de 2023, e o saldo a pagar pela opção de compra futura, no montante de R\$ 44.552 que será liquidado em parcela única. Ambos os saldos estão registrados à valor presente e foram calculados por uma taxa de desconto livre de risco baseada na inflação do país, projetada para o período.

## 1.1.2 Principais eventos societários

### Movimentações:

#### (a) Cisão parcial em controlada

Em de 18 de fevereiro, a Companhia realizou a cisão parcial do investimento na controlada São João Paulo II, efetuado a redução do capital social, conforme nota 1.1.2 (b), é importante destacar que não há impacto contábil envolvendo a transação, a parcela cindida foi incorporada da seguinte maneira:

Incorporadora	Controladas	Cisão parcial de controlada		
		Percentual anterior	Percentual atual	Valor
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	0%	100%	4.966
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	0%	100%	4.813
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	0%	100%	4.092
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	0%	100%	5.036
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	0%	100%	4.969
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	0%	100%	4.375
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	0%	100%	4.133
				32.384

#### (b) Movimentação de capital em controladas

No período findo em 30 de setembro de 2021, foram aprovadas as movimentações de capital social das controladas, via transferências bancárias e de ativos, conforme tabela a seguir:

Controladas	Capital social integralizado das controladas em					30/9/2021
	31/12/2020	Aumento de capital social pela VTRM			Aumento de capital demais acionistas	
		Via transferência bancária	Via transferência de ativos	Redução de capital social (Nota 1.1.2 (a))		
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	575.000	28.626	-	-	-	603.626
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.	760	86.401	14.381	-	-	101.542
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	53.991	33.102	42.009	(32.384)	-	96.718
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.	496	47.404	13.870	-	-	61.770
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A. (i)	5.350	3.314	16.804	-	15.701	41.169
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A. (i)	5.649	1.528	18.484	-	15.451	41.112
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A. (i)	4.379	6.600	13.443	-	16.301	40.723
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A. (i)	5.272	1.504	18.484	-	15.401	40.661
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A. (i)	4.639	4.894	15.123	-	16.001	40.657
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A. (i)	5.262	1.485	18.484	-	15.401	40.632
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A. (i)	4.336	6.452	13.443	-	16.301	40.532
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.	660	24.556	4.134	-	-	29.350
MRTV Comercializadora de Energia Ltda.	-	1.000	-	-	-	1.000
	665.794	246.866	188.659	(32.384)	103.957	1.179.492

- (i) Em 17 de junho de 2021 as empresas de Piauí II e III realizaram uma reestruturação societária, com o objetivo de atingir a estrutura adequada para a operação dos parques. Desta maneira, houve alteração na participação societária das empresas eólicas controladas pelas holdings Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A., que passaram a deter 49% de participação de suas investidas, sendo a VTRM detentora dos 51% remanescentes, através da emissão de novas ações e aportes realizados via transferências de ativos imobilizados e transferências bancárias realizados em 30 de junho e 29 de setembro de 2021.

**(c) Constituição de novas empresas**

No período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia efetivou a constituição de 17 novas empresas localizadas nos estados do Ceará, Piauí e Pernambuco.

Estas controladas representam o fortalecimento da estratégia da Companhia de expansão nas atividades de geração de energia eólica e solar.

**Dividendos:**

**(d) Aprovação da proposta de pagamento de dividendos e JSCP pela CESP**

Em 30 de março de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a proposta da Administração da CESP, para pagamento de JSCP (juros sobre capital próprio) e dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 850.164, dos quais R\$ 150.000 correspondem ao JSCP (pagamento líquido de IRRF, no montante de R\$ 134.298) e R\$ 700.164 correspondem aos dividendos (R\$ 447.542 de dividendos mínimos e R\$ 252.622 de dividendos adicionais).

Desse total, foi destinado à VTRM, o montante de R\$ 331.785, dos quais R\$ 47.496 refere-se ao JSCP, líquido de IRRF, e R\$ 284.289 refere-se aos dividendos (R\$ 181.717 de dividendos mínimos e R\$ 102.572 de dividendos adicionais), a serem pagos em moeda corrente nacional, em duas parcelas, sendo a primeira liquidada em 15 de abril de 2021, no montante de R\$ 230.210 e a segunda, liquidada em 15 de setembro de 2021, no montante de R\$ 101.575.

Já aos acionistas não controladores foram destinados R\$ 502.677, dos quais R\$ 86.802 refere-se ao JSCP, líquido de IRRF e R\$ 415.875 refere-se aos dividendos (R\$ 265.825 de dividendos mínimos e R\$ 150.050 de dividendos adicionais). O pagamento da primeira parcela dos dividendos ocorreu no dia 15 de abril de 2021, no montante de R\$ 353.780 referente aos juros sobre capital próprio e dividendos. O pagamento da segunda parcela ocorreu no dia 15 de setembro de 2021, no montante de R\$ 148.533 de dividendos.

**(e) Reversão de dividendos a pagar**

Em 30 de abril de 2021, os acionistas deliberaram em Assembleia Geral Extraordinária pela não distribuição de dividendos sobre os lucros de 31 de dezembro de 2020, o que resultou na reversão do montante de R\$ 148.392 provisionados a título de dividendos a pagar pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia reverteu os dividendos propostos sobre o lucro de 2019 e não deliberados pelos acionistas, o que resultou na reversão do montante de R\$ 130.910 pela Companhia.

**(f) Aprovação e recebimento de dividendos pela controlada São Vicente**

Em 14 de junho de 2021, foram recebidos dividendos no montante de R\$ 4.622 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, da controlada Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("São Vicente"), controladora do complexo eólico Ventos do Piauí I.

Em 24 de agosto de 2021 recebidos dividendos no montante de R\$12.040 referente aos dividendos adicionais deliberados em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de maio de 2020.

Ainda em 24 de agosto de 2021, foram deliberados dividendos adicionais pela controlada São Vicente, à conta reserva de lucros verificados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 38.210, os quais foram liquidados em 24 de agosto de 2021.

## 1.1.2 Outros eventos

### (a) Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a controladora em conjunto Votorantim Geração de Energia (“VGE”), informa que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio.

A Companhia está avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios.

Neste cenário, a Companhia e suas controladas avaliaram as seguintes estimativas nas demonstrações financeiras:

#### (i) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos da COVID-19

As controladas da Companhia avaliaram a posição do saldo do contas a receber em 30 de setembro de 2021, e não identificaram créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Companhia e na avaliação da situação financeiras dos credores no período findo em 30 de setembro de 2021.

#### (ii) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia e suas controladas avaliaram os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluíram que não há indicativos de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis.

#### (iii) Recuperabilidade dos impostos diferidos ativos

A controlada CESP possui saldo de R\$ 3.647.114 referentes a impostos diferidos ativos contabilizados em seu balanço em 30 de setembro de 2021 e mesmo diante do cenário de incerteza, não identificou necessidade de provisão para perda dos saldos já contabilizados.

#### (iv) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores

As controladas da Companhia avaliaram seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos.

#### (v) Cumprimento de obrigações em contratos de dívidas – *covenants*

A Companhia e suas controladas avaliaram os *covenants* contidos em seus contratos de dívidas em 30 de setembro de 2021, e concluíram que a pandemia não impactou no atendimento das obrigações acordadas nos contratos de empréstimos e financiamento.

Por fim, até o presente momento, a Companhia e suas controladas informam que não tiveram impactos materiais em suas operações por conta do COVID-19.

## **(b) Crise hídrica no Brasil**

A Administração da Companhia tem acompanhado o tema envolvendo a crise hídrica vivida pelo Brasil atualmente e que tem impactado de forma significativa os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas do país trazendo, conseqüentemente, impactos nos preços de energia de mercado sentido pelos consumidores de energia. A Companhia avaliou o tema e até o momento não identificou nenhum efeito relevante que pudesse afetar os contratos que possui com suas contrapartes.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis**

### **2.1 Declaração de Conformidade**

#### **(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), interpretações "IFRIC" e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, todas vigentes em 30 de setembro de 2021, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **(b) Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 18 de janeiro de 2022.

### **2.2 Base de apresentação**

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4 abaixo.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras**

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

## 2.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Estimativa e julgamentos significativos
6	Contas a receber de clientes
8	Ativos sujeito à indenização
10	Imobilizado
11	Intangível
14	Imposto de renda e contribuição social diferidos
17	Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos
18	Provisão de ressarcimento
19	Provisões
20	Benefícios de pós-emprego

## 2.5 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

### (a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

### (b) Coligadas

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo e incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer eventual perda acumulada por *impairment*.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

### (c) Operação em conjunto (*joint operation*)

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

As controladas da Companhia integrantes dos complexos eólicos de Piauí I, II e III possuem participação e controlam em conjunto as empresas Consórcio Ventos do Piauí, Consórcio Ventos do Piauí II e Consórcio Ventos do Piauí III (“Consórcios”).

Os Consórcios têm por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão e a rede média tensão, entre outros, que deverão servir a todas as Consorciadas.

**(d) Empresas controladas incluídas na consolidação das demonstrações financeiras**

	30/9/2021		31/12/2020		Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante			
<b>Complexo Eólico Ventos do Piauí I ("Piauí I"):</b>							
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - Brasil	Holding
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A. (I)	77,36%	77,36%	77,36%	77,36%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Alberlina Energias Renováveis S.A. (I)	84,96%	84,96%	84,96%	84,96%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Consórcio Ventos do Piauí	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns
<b>Complexo Eólico Ventos do Piauí II ("Piauí II"):</b>							
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. (I)	51%	100%	100%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Holding
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	Pernambuco - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Crispim Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Holding
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. (I)	51%	100%	100%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Holding
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Consórcio Ventos do Piauí II	100%	100%	0%	0%	Indireto	Piauí - Brasil	Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns
<b>Complexo Eólico Ventos do Piauí III ("Piauí III"):</b>							
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Holding
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Pernambuco - Brasil	Geração de energia elétrica
Consórcio Ventos do Piauí III	100%	100%	0%	0%	Indireto	Piauí - Brasil	Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns
<b>Complexo Eólico Ventos do Araripe III ("Araripe III"):</b>							
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - Brasil	Holding
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio III Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
<b>Outros</b>							
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
CESP - Companhia Energética de São Paulo	40%	94%	40%	94%	Direto	São Paulo - Brasil	Geração e comercialização de energia elétrica
CESP Comercializadora de Energia S.A.	40%	94%	40%	94%	Indireto	São Paulo - Brasil	Comercialização de energia elétrica
MRTV Comercializadora de Energia Ltda.	99%	99%	0%	0%	Direto	São Paulo - Brasil	Comercialização de energia elétrica
Hélios I Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélios II Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélios III Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Pernambuco - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélios IV Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Pernambuco - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélios V Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Pernambuco - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí II Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí III Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí IV Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 1 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 2 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 3 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 4 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 5 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 6 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 7 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 8 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 9 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica

**(f)** Para fins de consolidação são considerados 100% de participação societária.

## 2.6 Reapresentação espontânea

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo reapresentadas, de forma espontânea, no âmbito dos trabalhos preparatórios realizados com vistas ao registro da Companhia para negociação de valores mobiliários (CVM) na categoria A. Com o intuito de adequação para registro na CVM e melhor apresentação das informações contábeis, na nota explicativa 9 – Investimentos, a Companhia efetuou a correção dos percentuais de participação dos investimentos nas sociedades Ventos de Santos Anselmo Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. e incluiu uma referência à divulgação completa da transação. Na nota explicativa 28 – Seguros, a Companhia apresentou informações mais detalhadas sobre as coberturas de seguros. Em função da nova data de apresentação, houve atualização da nota explicativa 30 - Eventos subsequentes. Não houve alterações em saldos patrimoniais ou no resultado que impactasse na reapresentação de quaisquer outras divulgações.

## 3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

### 3.1 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

- (i) Classificação de passivos entre circulante e não circulante: alterações ao IAS 1 / CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”;
- (ii) Adoção inicial do IFRS em subsidiárias: alterações ao IFRS 1 / CPC 37 “Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade”;
- (iii) Custos de empréstimos no teste de desreconhecimento de passivos financeiros: alterações ao IFRS 9 / CPC 48 “Instrumentos financeiros”;
- (iv) Incentivos em arrendamentos: alterações ao IFRS 16 / CPC 06 “Arrendamentos”
- (v) Custo no cumprimento de contratos onerosos: alterações ao IAS 37 / CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- (vi) Concessões relacionadas ao COVID-19: alterações ao IFRS 17 “Contratos de seguro”;
- (vii) Reforma das IBORs (*Interbank Offered Rate*): alterações ao IFRS 9 / CPC 48 “Instrumentos financeiros”, IAS 39 / CPC 38 “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração, IFRS 7 / CPC 40 “Instrumentos financeiros: evidenciação”, IFRS 4 / CPC 11 “Contratos de seguro” e IFRS 16 / CPC 06 “Arrendamentos”.

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

### 3.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez em exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2022:

- (i) Revisão de pronunciamentos técnicos pelo comitê de pronunciamentos contábeis, nº 19/2021 com alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 37 (R1) / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, CPC 27 / IAS 16 - Ativo

Imobilizado, CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020; Ativo Imobilizado – vendas antes do uso pretendido; Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; e Referências à Estrutura Conceitual. A entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2022

#### **4 Apresentação de informações por segmento de negócio**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Corporativa também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

A Diretoria corporativa, considera o negócio por tipo de geração, conforme apresentado abaixo.

1. Geração eólica (Piauí I, II e III e Araripe III)
2. Geração e comercialização hídrica (CESP e CESP Comercializadora)
3. Holding.

As informações a seguir referem-se à abertura da VTRM por segmentos de negócio e consideram as eliminações de saldos e transações entre as empresas do mesmo segmento, antes: (i) das eliminações entre os segmentos de negócio; e (ii) das eliminações dos investimentos mantidos pela *holding*.

**(a) Balanço patrimonial – Por segmento de negócio**

	30/9/2021				
	Geração eólica	Geração e comercialização hídrica	Holding	Eliminações	Consolidado
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	785.769	397.465	193.079	-	1.376.313
Fundo de liquidez - Conta reserva	2.402	-	-	-	2.402
Contas a receber de clientes	61.238	262.969	-	-	324.207
Tributos a recuperar	1.842	74.339	4.068	-	80.249
Dividendos a receber	-	-	783	(783)	-
Partes relacionadas	3.649	-	-	-	3.649
Ordens de projetos - P&D	-	59.010	-	-	59.010
Outros ativos	14.797	8.893	594	(20)	24.264
	<u>869.697</u>	<u>802.676</u>	<u>198.524</u>	<u>(803)</u>	<u>1.870.094</u>
Ativos disponíveis para venda	-	8.487	-	-	8.487
	<u>869.697</u>	<u>811.163</u>	<u>198.524</u>	<u>(803)</u>	<u>1.878.581</u>
<b>Não circulante</b>					
Fundo de liquidez – Conta reserva	97.983	-	-	-	97.983
Partes relacionadas	7.659	-	56.377	-	64.036
Cauções e depósitos judiciais	-	213.684	-	-	213.684
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	3.444.995	-	-	3.444.995
Almoxarifado	7	5.967	-	-	5.974
Ativo sujeito à indenização	-	1.739.161	-	-	1.739.161
Outros ativos	354	-	-	-	354
	<u>106.003</u>	<u>5.403.807</u>	<u>56.377</u>	<u>-</u>	<u>5.566.187</u>
Investimentos	-	-	4.444.437	(4.444.437)	-
Imobilizado	3.063.452	5.705.829	14.407	106.840	8.890.528
Intangível	38.025	1.932.147	120.326	94.482	2.184.980
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	-	5.622	48	-	5.670
	<u>3.207.480</u>	<u>13.047.405</u>	<u>4.635.595</u>	<u>(4.243.115)</u>	<u>16.647.365</u>
<b>Total do ativo</b>	<b><u>4.077.177</u></b>	<b><u>13.858.568</u></b>	<b><u>4.834.119</u></b>	<b><u>(4.243.918)</u></b>	<b><u>18.525.946</u></b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	104.060	8.807	-	-	112.867
Fornecedores	73.674	180.803	35.923	-	290.400
Arrendamentos	-	1.792	53	-	1.845
Instrumentos financeiros derivativos	-	45.944	-	-	45.944
Contratos futuros de energia	-	23.877	-	-	23.877
Obrigações estimadas e folha de pagamento	-	20.703	1.527	-	22.230
Tributos a recolher	12.630	14.949	267	-	27.846
Encargos setoriais	-	75.955	-	-	75.955
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	783	290	-	(783)	290
UBP - Uso do bem público	-	40.421	-	-	40.421
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	6.052	34.389	-	-	40.441
Provisão de ressarcimento	307.779	-	-	-	307.779
Outros passivos	1.429	74.430	61	-	75.920
	<u>506.407</u>	<u>522.360</u>	<u>37.831</u>	<u>(783)</u>	<u>1.065.815</u>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	2.294.921	1.914.585	-	-	4.209.506
Fornecedores	-	-	42.462	-	42.462
Arrendamentos	-	4.024	-	-	4.024
Contratos futuros de energia	-	1.166	-	-	1.166
Tributos a recolher	11.242	-	-	-	11.242
Encargos setoriais	-	1.240	-	-	1.240
Partes relacionadas	17.385	-	44.552	-	61.937
Imposto de renda e contribuição social diferidos	700	-	331.358	21.799	353.857
UBP - Uso do Bem Público	-	88.738	-	-	88.738
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	80.943	139.753	-	-	220.696
Provisão de ressarcimento	9.818	-	-	-	9.818
Provisões	51	1.324.841	-	-	1.324.892
Benefícios pós-emprego	-	1.937.373	-	1,00	1.937.374
Outros passivos	-	46.871	1,023	(6)	47.888
	<u>2.415.060</u>	<u>5.458.591</u>	<u>419.395</u>	<u>21.794</u>	<u>8.314.840</u>
<b>Total do passivo</b>	<b><u>2.921.467</u></b>	<b><u>5.980.951</u></b>	<b><u>457.226</u></b>	<b><u>21.011</u></b>	<b><u>9.380.655</u></b>
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	1.155.710	3.386.890	4.376.893	(4.542.600)	4.376.893
Participação dos acionistas não controladores	-	4.490.727	-	277.671	4.768.398
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b><u>1.155.710</u></b>	<b><u>7.877.617</u></b>	<b><u>4.376.893</u></b>	<b><u>(4.264.929)</u></b>	<b><u>9.145.291</u></b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b><u>4.077.177</u></b>	<b><u>13.858.568</u></b>	<b><u>4.834.119</u></b>	<b><u>(4.243.918)</u></b>	<b><u>18.525.946</u></b>

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Períodos findos em 30 de setembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	31/12/2020				
	Geração eólica	Geração e comercialização hídrica	Holding	Eliminações	Consolidado
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	287.557	713.384	101.711	-	1.102.652
Fundo de liquidez – Conta reserva	6.740	-	-	-	6.740
Contas a receber de clientes	111.573	272.817	-	-	384.390
Tributos a recuperar	1.112	61.190	3.322	-	65.624
Dividendos a receber	-	-	246.679	(246.679)	-
Partes relacionadas	3.561	3.482	-	-	7.043
Ordens de projetos - P&D	-	52.685	-	-	52.685
Outros ativos	5.753	15.299	660	-	21.712
	<u>416.296</u>	<u>1.118.857</u>	<u>352.372</u>	<u>(246.679)</u>	<u>1.640.846</u>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Fundo de liquidez – Conta reserva	76.295	-	-	-	76.295
Partes relacionadas	11.421	-	-	-	11.421
Cauções e depósitos judiciais	-	260.496	-	-	260.496
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	3.954.680	-	-	3.954.680
Almoxarifado	176	6.023	-	-	6.199
Ativo sujeito à indenização	-	1.739.161	-	-	1.739.161
Outros ativos	334	-	-	21	355
	<u>88.226</u>	<u>5.960.360</u>	<u>-</u>	<u>21</u>	<u>6.048.607</u>
<b>Investimentos</b>					
Imobilizado	2.580.259	5.956.429	159.969	128.761	8.825.418
Intangível	39.107	1.509.895	122.967	98.799	1.770.768
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	-	6.323	110	-	6.433
	<u>2.707.592</u>	<u>13.433.007</u>	<u>4.226.517</u>	<u>(3.715.890)</u>	<u>16.651.226</u>
<b>Total do ativo</b>	<u><b>3.123.888</b></u>	<u><b>14.551.864</b></u>	<u><b>4.578.889</b></u>	<u><b>(3.962.569)</b></u>	<u><b>18.292.072</b></u>

	31/12/2020				
	Geração eólica	Geração e comercialização hídrica	Holding	Eliminações	Consolidado
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	110.757	18.220	-	-	128.977
Fornecedores	7.310	103.080	37.544	-	147.934
Arrendamento	-	1.700	87	-	1.787
Instrumentos financeiros derivativos	-	95.084	-	-	95.084
Contratos de energia futura	-	17.336	-	-	17.336
Obrigações estimadas e folha de pagamento	-	23.387	2.342	-	25.729
Tributos a recolher	5.187	40.721	7.706	-	53.614
Encargos setoriais	-	76.507	-	-	76.507
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	17.444	581.919	279.302	(246.657)	632.008
UBP - Uso do bem público	-	41.307	-	-	41.307
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	6.052	28.426	-	-	34,478
Provisão de ressarcimento	64.582	-	-	-	64,582
Outros passivos	1.427	22.906	48	-	24,381
	<u>212.759</u>	<u>1.050.593</u>	<u>327.029</u>	<u>(246.657)</u>	<u>1.343.724</u>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	1.819.857	1.800.854	-	-	3.620.711
Fornecedores	-	-	41.538	-	41,538
Arrendamento	-	4.789	31	-	4,820
Instrumentos financeiros derivativos	-	9.141	-	-	9,141
Contratos de energia futura	-	4.108	-	-	4,108
Tributos a recolher	10.525	-	-	-	10,525
Encargos setoriais	-	1.240	-	-	1,240
Partes relacionadas	16.970	-	-	-	16,970
Imposto de renda e contribuição social diferidos	655	-	330.317	26.266	357,238
UBP - Uso do bem público	-	114.057	-	-	114,057
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	76.586	152.749	-	-	229,335
Provisão de ressarcimento	76.221	-	-	-	76,221
Provisões	49	1.748.257	-	-	1.748,306
Benefícios pós-emprego	-	2.412.379	-	-	2.412,379
Outros passivos	2	47.484	617	-	48,103
	<u>2.000.865</u>	<u>6.295.058</u>	<u>372.503</u>	<u>26.266</u>	<u>8.694.692</u>
<b>Total do passivo</b>	<u><b>2.213.624</b></u>	<u><b>7.345.651</b></u>	<u><b>699.532</b></u>	<u><b>(220.391)</b></u>	<u><b>10.038.416</b></u>
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores</b>					
Participação dos acionistas não controladores	910.264	2.882.902	3.879.357	(3.793.166)	3.879.357
	-	4.323.311	-	50.988	4.374.299
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<u><b>910.264</b></u>	<u><b>7.206.213</b></u>	<u><b>3.879.357</b></u>	<u><b>(3.742.178)</b></u>	<u><b>8.253.656</b></u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u><b>3.123.888</b></u>	<u><b>14.551.864</b></u>	<u><b>4.578.889</b></u>	<u><b>(3.962.569)</b></u>	<u><b>18.292.072</b></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.  
23 de 82

**(b) Demonstração do resultado – Por segmento de negócio**

	1/1/2021 a 30/9/2021				
	Geração eólica	Geração e comercialização hídrica	Holding	Eliminações	Consolidado
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestados	202.690	1.654.111	-	-	1.856.801
Custo com energia elétrica	(20.423)	(900.889)	-	-	(921.312)
Custo com operação	(158.295)	(339.444)	-	-	(497.739)
Repactuação risco hidrológico	-	781.974	-	-	781.974
<b>Lucro bruto</b>	<b>23.972</b>	<b>1.195.752</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.219.724</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	(4.936)	(80.755)	(23.823)	-	(109.514)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(395)	115.308	(8.608)	(26.229)	80.076
	(5.331)	34.553	(32.431)	(26.229)	(29.438)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>	<b>18.641</b>	<b>1.230.305</b>	<b>(32.431)</b>	<b>(26.229)</b>	<b>1.190.286</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>					
Equivalência patrimonial	-	-	64.662	(64.662)	-
	-	-	64.662	(64.662)	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>					
Receitas financeiras	15.430	22.044	24.193	-	61.667
Despesas financeiras	(142.076)	(469.917)	(11.134)	-	(623.127)
	(126.646)	(447.873)	13.059	-	(561.460)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(108.005)</b>	<b>782.432</b>	<b>45.290</b>	<b>(90.891)</b>	<b>628.826</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Correntes	(11.424)	-	40	-	(11.384)
Diferido	(52)	(289.440)	(1.041)	4.474	(286.059)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do semestre</b>	<b>(119.481)</b>	<b>492.992</b>	<b>44.289</b>	<b>(86.417)</b>	<b>331.383</b>

	1/1/2020 a 30/9/2020				
	Geração eólica	Geração e comercialização hídrica	Holding	Eliminações	Consolidado
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestados	290.260	1.416.599	-	-	1.706.859
Custo com energia elétrica	(21.206)	(496.706)	-	-	(517.912)
Custo com operação	(140.794)	(323.652)	-	-	(464.446)
<b>Lucro bruto</b>	<b>128.260</b>	<b>596.241</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>724.501</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	(8.669)	(74.284)	(15.699)	-	(98.652)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.452	118.268	3.476	(26.113)	97.083
	(7.217)	43.984	(12.223)	(26.113)	(1.569)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>	<b>121.043</b>	<b>640.225</b>	<b>(12.223)</b>	<b>(26.113)</b>	<b>722.932</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>					
Equivalência patrimonial	-	-	28.758	(28.758)	-
	-	-	28.758	(28.758)	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>					
Receitas financeiras	6.004	25.004	3.141	-	34.149
Despesas financeiras	(127.568)	(410.213)	(480)	-	(538.261)
	(121.564)	(385.209)	2.661	-	(504.112)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(521)</b>	<b>255.016</b>	<b>19.196</b>	<b>(54.871)</b>	<b>218.820</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Correntes	(10.626)	(88.205)	-	-	(98.831)
Diferido	(660)	(33.725)	2.632	4.778	(26.975)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do semestre</b>	<b>(11.807)</b>	<b>133.086</b>	<b>21.828</b>	<b>(50.093)</b>	<b>93.014</b>

**(c) Gestão de capital - índice de alavancagem financeira (consolidado)**

	Consolidado	
	1/10/2020 a 30/9/2021	1/1/2020 a 31/12/2020
<b>EBITDA ajustado</b>		
<b>Lucro líquido do período</b>	1.888.812	1.650.851
<b>Adições (exclusões):</b>		
Imposto de renda e contribuição social	(1.287.134)	(1.458.773)
Resultado financeiro, líquido	779.780	722.433
Depreciação e amortização	545.109	531.818
<b>EBITDA antes de outras adições e itens excepcionais</b>	<b>1.926.567</b>	<b>1.446.329</b>
<b>Itens excepcionais:</b>		
PDV - Programa de demissão voluntária	9.037	14.998
Provisão para riscos legais	(588.035)	(266.644)
Despesas com depósitos judiciais	60.806	63.284
Reversão de impairment de ativo imobilizado	291.863	(7.589)
Repactuação do risco hidrológico	(781.974)	
<b>EBITDA ajustado (A)</b>	<b>918.264</b>	<b>1.250.378</b>
<b>Dívida líquida</b>		
Empréstimos e financiamentos	4.322.373	3.749.688
Arrendamento	5.870	6.607
Caixa e equivalentes de caixa	(1.376.313)	(1.102.652)
Instrumentos financeiros derivativos	45.944	104.225
<b>Dívida líquida - (B)</b>	<b>2.997.874</b>	<b>2.757.868</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - (B/A)</b>	<b>3,26</b>	<b>2,21</b>

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

**Política contábil**

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

As aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração entre 90,0 % e 107,1% do CDI.

	Controladora		Consolidado	
	30/9/2021	31/12/2020	30/9/2021	31/12/2020
Moeda nacional				
Caixa e bancos	163	55	21.550	18.408
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	85.166	91.627	912.526	877.882
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	7.698	-	132.559	155.189
Letra Financeira - títulos privados	-	-	-	16.813
Operações compromissadas	17.544	-	82.259	153
Quotas de fundos de investimento - títulos públicos	82.508	10.028	227.419	34.207
	<b>193.079</b>	<b>101.711</b>	<b>1.376.313</b>	<b>1.102.652</b>

As quotas de fundo de investimento da controladora pertencem a um fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por certificados de depósitos bancários, operações compromissadas e títulos públicos.

## 5.1 Fundo de liquidez – Conta reserva

Os empréstimos e financiamentos das controladas de Piauí I e Araripe III exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia. Em 30 de setembro de 2021, o saldo total de caixa restrito em contas reservas é no montante de R\$ 100.385, sendo R\$ 2.402 registrado no curto prazo e R\$ 97.983 no longo prazo (R\$ 83.035 em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$ 6.740 registrado no curto prazo e R\$ 76.295 no longo prazo).

## 5.2 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, fundo de liquidez – conta reserva e nos instrumentos financeiros derivativos:

	Controladora		Consolidado	
	Rating local		Rating local	
	30/9/2021	31/12/2020	30/9/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de liquidez - conta reserva				
AAA	193.076	101.706	1.377.891	877.536
AA+	-	-	29.262	79.999
AA	3	5	66.607	57.166
AA-	-	-	-	170.964
Sem rating	-	-	2.938	22
	<u>193.079</u>	<u>101.711</u>	<u>1.476.698</u>	<u>1.185.687</u>

Os *ratings* decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de *rating* (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação, foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado pelas mesmas.

## 6 Contas a receber de clientes

### Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos as perdas esperadas.

Mensalmente, a área de Planejamento e Gestão Financeira da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

**Leilões de Energia:** representados por conta a receber de distribuidoras no âmbito de contratos firmados conforme participação em leilões. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários ou de contratos de operações de venda de energia, em ambiente de contratação livre.

**Contabilização CCEE:** o saldo a receber decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”), podendo representar um valor a receber ou a pagar.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

## Composição

<b>Consolidado</b>					
<b>30/09/2021</b>					
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 180 dias	(-) Perda de crédito esperada	Total
<b>ACR</b>					-
Leilão de Energia Nova (LEN)	117.519	36	39	-	117.594
Leilão de Energia Reserva (LER)	7.330	-	-	-	7.330
<b>ACL</b>					
Contratos bilaterais	124.210	-	-	-	124.210
Camara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	26.367	6.811	-	-	33.178
Trading	31.674	-	-	-	31.674
Partes relacionadas (Nota 21)	10.221	-	-	-	10.221
Suprimento em regime de quotas	-	-	-	-	-
	<u>317.321</u>	<u>6.847</u>	<u>39</u>	<u>-</u>	<u>324.207</u>
<b>Consolidado</b>					
<b>31/12/2020</b>					
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 180 dias	(-) Perda de crédito esperada	Total
<b>ACR</b>					-
Leilão de Energia Nova (LEN)	98.984	1.396	39	-	100.419
Leilão de Energia Reserva (LER)	8.072	-	-	-	8.072
Energia Livre (RTE) (i)	-	-	13.712	(13.712)	-
<b>ACL</b>					
Contratos bilaterais	144.345	-	4.172	(4.172)	144.345
Camara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	45.166	11.894	46.668	-	103.728
Trading	17.824	-	-	-	17.824
Partes relacionadas (Nota 21)	9.124	-	-	-	9.124
Suprimento em regime de quotas	917	-	2.036	(2.036)	917
	<u>324.432</u>	<u>13.290</u>	<u>66.627</u>	<u>(19.920)</u>	<u>384.429</u>

- (i) Energia livre – Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE): Em 26 de agosto de 2010, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2517, que fixou os montantes finais de Energia Livre a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, e que encontrava-se em discussão judicial, estes montantes já estavam provisionados como perdas esperadas e no decorrer do exercício findo em 30 de setembro de 2021, os valores foram baixados definitivamente.

A controlada CESP não possui mais a expectativa de recebimento dos valores que estavam vencidos há mais de 360 dias, motivo pelo qual realizou a baixa do saldo ativo de contas a receber e do total da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa sobre os títulos.

## 7 Cauções e depósitos judiciais

### Política contábil

Referem-se a garantias prestadas vinculadas a processos judiciais, sendo apresentados pelos seus valores históricos acrescidos de atualização monetária e são relacionados com provisões para riscos legais (Nota 19).

								Consolidado	
								1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020
	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Ambientais	Outros depósitos	Cauções (i)	Total	Total	
<b>Saldo inicial do período</b>	163.476	37.340	11.642	43.040	3.267	1.731	260.496	343.979	
Adições	6.481	205	1.628	60	-	151	8.525	-	
Atualizações	5.104	1.498	55	43	32	(13)	6.719	6.709	
Convertidos/ Levantados	(2.768)	(7.129)	(16)	-	-	(26)	(9.939)	(13.236)	
(-) Baixas	(45.417)	(6.647)	(53)	-	-	-	(52.117)	(68.713)	
Reclassificação entre esferas	46.159	239	-	(43.136)	(3.262)	-	-	-	
<b>Saldo final do período</b>	<b>173.035</b>	<b>25.506</b>	<b>13.256</b>	<b>7</b>	<b>37</b>	<b>1.843</b>	<b>213.684</b>	<b>268.739</b>	

A redução no montante de depósitos judiciais ocorreu, substancialmente, pela baixa dos depósitos cíveis e trabalhistas, resultado do processo de conciliação dos depósitos judiciais iniciado em 2020, em linha com a estratégia de análise criteriosa dos depósitos judiciais existentes na controlada CESP.

(i) Crédito caucionado referente a garantia financeira, junto à CCEE.

## 8 Ativo sujeito à indenização

### Política contábil

Dada a divergência existente, entre o Poder Concedente e a Administração da Controlada CESP, em relação ao valor da indenização devida pela reversão de bens das UHEs Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia, a Controlada ingressou em juízo para discutir a questão, visando o recebimento do valor de indenização que entende ser o correto. Além disso, com o final da concessão da UHE Jaguari, a Controlada está avaliando o valor de indenização. Desta forma, considerando a existência de ativo contingente, em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, em 2013 e 2015 a Controlada efetuou ajuste no ativo, adequando o valor registrado das respectivas UHEs para o valor incontroverso, sem prejuízo de continuar a discutir os seus direitos judicialmente.

O CPC 25 define ativo contingente como sendo um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Controlada CESP.

### (a) Composição e movimentação

						Consolidado	
						30/09/2021	31/12/2020
	Três Irmãos	Ilha Solteira	Jupia	Jaguari	Total	Total	
<b>Composição do ativo sujeito a indenização</b>							
Ativo sujeito à indenização	3.529.080	2.165.858	642.318	27.589	6.364.845	6.364.845	
Ajuste para <i>impairment</i>	-	(1.657.484)	(337.826)	(7.818)	(2.003.128)	(2.003.128)	
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(506.346)	(304.492)	-	(2.622.556)	(2.622.556)	
<b>Ativo sujeito a indenização (líquido)</b>	<b>1.717.362</b>	<b>2.028</b>	<b>-</b>	<b>19.771</b>	<b>1.739.161</b>	<b>1.739.161</b>	

Por meio da Medida Provisória ("MP") nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da Companhia, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupia,

vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011.

Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a Controlada CESP deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a CESP continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupuí, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normatização do Poder Concedente, abaixo detalhada.

#### **(b) UHE Três Irmãos**

Após diversos atos infra legais dispendo sobre a exploração da usina Três Irmãos, até então realizada pela CESP, houve determinação, por parte do Ministério de Minas e Energias (“MME”), para que a ANEEL promovesse, em 28 de março de 2014, leilão para licitação de concessão da UHE Três Irmãos. A determinação foi instrumentalizada por meio da Portaria do MME nº 214/13.

Em razão da determinação de nova licitação para operação da usina Três Irmãos, por meio da Portaria Interministerial nº 129/14, proferida em conjunto pelo MME e pelo Ministério da Fazenda, foi definido o valor de indenização a ser pago à CESP, referenciado a preços de junho de 2012, para a UHE Três Irmãos, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações (novembro de 1993), até 31 de março de 2013. O valor de indenização foi estabelecido em R\$ 1.717.362 (data-base de junho de 2012), que seria pago em sete anos.

Entendendo que o valor proposto não refletia os bens reversíveis ainda não depreciados e/ou amortizados, em 07 de abril de 2014, a CESP manifestou oposição à Portaria Interministerial nº 129/14 e em 9 de julho de 2014, ingressou ação judicial para discutir a indenização devida em razão da não renovação da concessão. O pagamento do preço definido pela União restou suspenso, ainda que fosse incontroverso, uma vez que estava condicionado à declaração, por parte da CESP, de que o montante daria plena quitação a qualquer valor devido a título de bens reversíveis.

Dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 25, a Controlada CESP constituiu, em janeiro de 2013, ajuste para redução de valor recuperável, no montante de R\$ 1.811.718 (valor controverso), passando a refletir adequadamente o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente (valor incontroverso).

Atualmente, a questão está sendo discutida judicialmente, estando o respectivo processo em fase inicial de produção de provas.

#### **(c) UHEs Ilha Solteira e Jupuí**

Conforme mencionado anteriormente, a CESP operou as UHEs de Ilha Solteira e Jupuí até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Nesse contexto, em 1 de outubro de 2015, foi publicada a Portaria MME nº 458, a qual definiu o valor de R\$ 2.028 como sendo a indenização relativa à reversão de bens da UHE de Ilha Solteira, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015. Para a UHE de Jupuí, a União entendeu que não haveria qualquer valor devido a título de indenização.

Nesse contexto, discordando dos valores de indenização fixados pela União, a CESP ingressou em juízo para discutir a questão, pleiteando o recebimento, a título de reversão dos bens e instalações das UHEs de Ilha Solteira e de Jupuí, de valor calculado com base no custo histórico atualizado dos ativos em questão. Atualmente, após decisão de primeira instância que julgou a demanda parcialmente procedente, ambas as partes apresentaram recursos, os quais foram remetidos à segunda instância e, atualmente, aguarda julgamento.

Dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao CPC 25, a Controlada CESP constituiu ajuste para desvalorização de ativos (ativo contingente), no montante de R\$ 810.838 (Ilha Solteira R\$ 506.346 e Jupia R\$ 304.492), sendo R\$ 230.040 reconhecido durante o exercício de 2019 na rubrica de Outras receitas operacionais, líquidas, referentes à modernização e melhoria conforme resolução 596/2013 da ANEEL.

#### **(d) Operação temporária da UHE Jaguari**

Em 19 de maio de 2020, o MME publicou a Portaria nº 218/2020, que definiu a Controlada CESP como operadora temporária da Usina Hidrelétrica Jaguari ("UHE Jaguari"), no regime de cotas de garantia física, a partir de 21 de maio de 2020, até a assunção de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União. Em 13 de novembro de 2020, a Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 409/2020 designou Furnas Centrais Elétricas S.A. como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica de Jaguari a partir de 1º de janeiro de 2021. Dessa forma, a controlada CESP reclassificou o valor residual do ativo imobilizado da UHE Jaguari para a rubrica de Ativo sujeito à indenização no montante total de R\$ 19.771, em 31 de dezembro de 2020, e aguarda a definição dos valores de indenização a serem fixados pela União.

## **9 Investimentos**

### **Política contábil**

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada.

Os investimentos detidos por outros investidores nas controladas da VTRM são classificados como acionista não controlador no Patrimônio Líquido

### **Impairment de investimentos (ágio)**

Os investimentos são testados anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizados pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. O valor do investimento é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. No período findo em 30 de setembro de 2021, foi concluída a revisão da mensuração do valor recuperável dos ativos, com base nas premissas detalhadas abaixo, e não foram identificados indicativos de *impairment*.

### **Premissas utilizadas no teste de *impairment* – Ágio Ventos de Santo Estevão Holding**

O ágio registrado refere-se a Autorização Aneel e *Power Purchase Agreement* (Nota 11), o cálculo do valor justo da controlada Araripe III foi baseado no método do fluxo de caixa descontado ("DCF"), na data-base de 30 de setembro de 2021. Considerou-se taxa de desconto em termos nominais, com efeitos inflacionários, calculada com base na metodologia do WACC, 5,91% aa.

**Araripe III**

Item	Premissas
Premissa geral	Foram considerados o Forecast 2021-2049 fornecido pela Companhia; Negócios: as projeções foram efetuadas para cada SPE até o final do período de autorização emitida pela ANEEL, sem renovação ao final do período.
Receitas brutas	Para cada SPE: Receita bruta = volume de energia x preço médio; Volumes: considerou-se a produção anual certificada com probabilidade de ocorrência maior ou igual a 50%
Impostos e deduções	Foram projetados com base nas alíquotas do regime de lucro presumido.
Depreciação	Ativos existentes e novos: considerou-se taxa média de 4% a.a.
Opex	Foram considerados 100% fixos com a receita, variando somente com inflação projetada.
Capex	Projeção capex imobilizado e intangível: considerou-se somente o orçamento da administração;

**Premissas utilizadas no teste de impairment – Ágio CESP**

O ágio registrado refere-se aos ativos imobilizados da CESP das classes Terras e terrenos, Edificações, Obras civis e benfeitorias e Reservatórios, barragens e adutoras. O cálculo do valor justo da controlada CESP foi baseado no método do fluxo de caixa descontado (“DCF”), na data-base de 30 de setembro de 2021. Considerou-se taxa de desconto em termos nominais, com efeitos inflacionários, calculada com base na metodologia do WACC, 5,91% a.a.

**CESP**

Item	Premissas
Premissa geral	Projeções preparadas com base no plano de negócios fornecido pela administração da CESP, considera cenário mais provável na visão da administração; Negócios: foram considerados os negócios existentes (crescimento orgânico, sem aquisições), somente relacionados ao contrato de concessão atualmente vigente e firmado pela CESP (34,5 anos), sem prorrogação ou perpetuidade.
Receitas brutas	Receita bruta = volume de energia x preço de energia. Volumes: considerou-se somente a garantia física, líquida do efeito do GSF e perdas (3,02%). IRCS: considerou-se regime de lucro real, com base em alíquota de 34% e prejuízos fiscais;
Impostos e deduções	Projetados com base nas alíquotas sobre as receitas brutas (média histórica): – PIS / COFINS: 9,25% – P&D: 1,0% – Compensação Financeira (CFURH): 7,0% – Reserva Global de Reversão (RGR): 2,5% – Taxa de Fiscalização (TFSEE): 0,4%
Depreciação	Ativos existentes e novos: considerou-se taxa média contábil (média histórica), considerou-se depreciação e amortização linear.
Opex	Foram segregadas em despesas fixas e variáveis na data-base conforme análise do histórico e natureza de cada conta; Compra de energia: projetada conforme contratos existentes e a exposição de energia adicional necessária, conforme premissas fornecidas pela administração da CESP.
Capex	O montante total projetado foi alocado entre imobilizado e intangível com base na média histórica dos saldos das contas de imobilizado e intangível.

**(a) Composição**

	Controladora							
	Informações em 30 de setembro de 2021				Resultado de equivalência patrimonial			Saldo
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020	30/9/2021	31/12/2020
<b>Investimentos avaliados por equivalência patrimonial</b>								
<b>Controladas</b>								
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	426.536	(142.454)	100,00	100,00	(142.454)	(29.137)	426.536	540.365
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.	311.157	27.921	100,00	100,00	27.921	17.314	311.157	321.449
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	87.913	(1.513)	100,00	100,00	(1.513)	(169)	87.913	46.699
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. (i)	100.040	(789)	51,00	100,00	(789)	1	100.040	551
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.	60.331	(875)	100,00	100,00	(875)	-	60.331	455
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. (i)	28.682	(264)	51,00	100,00	(264)	-	28.682	405
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	297	(43)	100,00	100,00	(43)	-	297	340
MRTV Comercializadora de Energia Ltda.	1.000	-	100,00	100,00	-	-	1.000	-
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A. (ii)	40.145	(487)	50,00	50,00	(195)	-	20.073	-
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A. (ii)	39.844	(495)	50,00	50,00	(199)	-	19.922	-
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A. (ii)	39.908	(592)	50,00	50,00	(260)	5	19.954	-
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A. (ii)	40.025	(453)	50,00	50,00	(179)	-	20.013	-
Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A. (ii)	39.886	(468)	50,00	50,00	(197)	-	19.943	-
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A. (ii)	39.961	(432)	50,00	50,00	(187)	-	19.981	-
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A. (ii)	39.738	(550)	50,00	50,00	(247)	-	19.869	-
SF Ninety Two Participações Societárias S.A.	-	-	-	-	-	(393)	-	-
CESP - Companhia Energética de São Paulo	7.877.617	492.992	40,01	93,50	197.224	54.219	3.151.503	2.882.903
<b>Ágio</b>								
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.					(4.319)	(4.319)	94.480	98.799
CESP - Companhia Energética de São Paulo					(8.762)	(8.763)	42.743	51.505
					<u>64.662</u>	<u>28.758</u>	<u>4.444.437</u>	<u>3.943.471</u>

- (i) Conforme descrito no item 1.1.1 (e), houve a alienação de participação dessas investidas, porém cláusulas contratuais garantem à Companhia o controle sobre a totalidade do retorno desses investimentos, razão pela qual estão sendo consolidados em 100%.
- (ii) Empresas adquiridas no mês de junho de 2021 conforme reestruturação societária dos complexos Piauí II e III, descrita da NE 1.1 (f), motivo pelo qual não possuem saldo comparativo de equivalência e de saldo de investimentos.

**(b) Movimentação**

	Nota	Controladora	
		1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020
Saldo no início do período		3.943.471	3.866.249
Equivalência patrimonial		64.662	28.758
Ajuste de avaliação patrimonial de remensuração de benefícios de aposentadoria da CESP		156.962	-
Perda na participação de investida (i)		(1.333)	-
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos da CESP e CESP Comercializadora		18.316	(59.667)
Incorporação SF Ninety Two Participações Societárias S.A. - Investimento na CESP		-	1.429.188
Incorporação SF Ninety Two Participações Societárias S.A. - Ágio da CESP		-	30.582
Incorporação SF Ninety Two Participações Societárias S.A.		-	(1.401.500)
Aumento de capital em controladas	1.1.2 (b)	246.866	9.033
Cisão parcial em controlada	1.1.2 (a)	(32.384)	-
Aporte de capital em controladas	1.1.2 (b)	188.659	-
Deliberação de dividendos adicionais CESP	1.1.2 (d)	(102.572)	-
Deliberação de dividendos adicionais Ventos de São Vicente Participações Renováveis S.A.	1.1.2 (f)	(38.210)	(14.780)
Saldo no final do período		4.444.437	3.887.863

- (i) Perda na variação de participação decorrentes de movimentação de ações em tesouraria na controlada CESP.

**10 Imobilizado**

**Política contábil**

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

A controlada CESP adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das Demonstrações Contábeis para IFRS (1º de janeiro de 2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida deste ágio foi registrado na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido da CESP.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

**(a) Composição e movimentação**

	Controladora										Consolidado	
	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020									1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020
	Obras em andamento	Obras em andamento	Terras e terrenos	Edifícios, construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Reservatórios, barragens e adutoras	Desmobilização de ativos	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total	Total
Saldo no início do período												
Custo	159.969	-	273.472	2.141.218	5.191.781	8.069.394	206.010	6.984	5.179	179.970	16.074.008	15.920.554
Depreciação acumulada	-	-	(15.921)	(1.448.267)	(2.006.448)	(3.862.435)	(36.333)	(4.885)	(2.966)	-	(7.377.255)	(6.907.458)
Ajuste a valor a justo de imobilizado na alocação de preço de compra - CESP	-	-	858.924	-	312.619	(982.722)	-	-	-	-	188.821	188.821
Amortização de ajuste a valor justo acumulado	-	-	(55.414)	-	(63.380)	58.638	-	-	-	-	(60.156)	(31.066)
Saldo líquido no início do período	159.969	-	1.061.061	692.951	3.434.572	3.282.875	169.677	2.099	2.213	179.970	8.825.418	9.170.851
Adições (i)	10.712	156.604	-	-	663	-	-	-	-	596.672	597.335	9.990
Baixa	-	-	(4)	(1.400)	(11)	-	-	-	-	(1.655)	(3.070)	(541)
Depreciação	-	-	(1.327)	(40.393)	(121.190)	(166.405)	(12.253)	(333)	(104)	-	(342.005)	(349.249)
Amortização de ajuste a valor justo	-	-	(21.237)	-	(23.190)	22.528	-	-	-	-	(21.899)	(22.996)
Transferências (ii)	(156.274)	-	-	267	14.273	-	-	-	-	(171.304)	(156.764)	-
Reclassificação para ativos mantidos para venda	-	-	(7.679)	(808)	-	-	-	-	-	-	(8.487)	-
	14.407	156.604	1.030.814	650.617	3.305.117	3.138.998	157.424	1.766	2.109	603.683	8.890.528	8.808.055
Custo	14.407	156.604	265.789	2.139.277	5.206.706	8.069.394	206.010	6.984	5.179	603.683	16.503.022	15.930.003
Depreciação acumulada	-	-	(17.248)	(1.488.660)	(2.127.638)	(4.028.840)	(48.586)	(5.218)	(3.070)	-	(7.719.260)	(7.256.707)
Ajuste a valor a justo de imobilizado na alocação de preço de compra - CESP	-	-	858.924	-	312.619	(982.722)	-	-	-	-	188.821	188.821
Amortização de ajuste a valor justo acumulado	-	-	(76.651)	-	(86.570)	81.166	-	-	-	-	(82.055)	(54.062)
Saldo líquido no final do período	14.407	156.604	1.030.814	650.617	3.305.117	3.138.998	157.424	1.766	2.109	603.683	8.890.528	8.808.055
Taxas médias anuais de depreciação - %			3	3	5	2	10	20	20			

- (i)** Os custos de debêntures capitalizados no imobilizado durante o exercício, representou o montante de R\$ 9.379, não há capitalização de juros no período comparativo.
- (ii)** A VTRM transferiu o montante de R\$ 156.274 de seu ativo imobilizado em andamento, sob a forma de aporte de capital, para as empresas controladas de Piauí II e III, conforme nota 1.1.2 (b), e o montante de R\$ 490 são transferências realizadas da classe de “Obras em andamento” do imobilizado para a classe de “Softwares” do intangível, totalizando o montante de R\$ 156.764 de transferências no período findo em 30 de setembro de 2021.

**(b) Obras em andamento**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Projetos</b>		
Transformador reserva	7.414	1.031
Construção dos parques Piauí II e III	574.164	161.268
Projeto Híbrido	497	335
Projeto SAP	-	3.177
Modernização	12.679	14.159
Projeto Íris	8.929	-
	<b>603.683</b>	<b>179.970</b>

**(c) Impairment Usinas Hidráulicas e Eólicas**

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

No período findo em 30 de setembro de 2021, as controladas da VTRM realizaram os devidos testes de *impairment* para cada UGC e não identificaram indícios de *impairment*. A controlada CESP identificou indícios de *impairment* em seus ativos e utilizou as premissas a seguir nos testes quantitativos:

**Premissas utilizadas no teste de *impairment***

O valor recuperável dos ativos imobilizados da CESP foi determinado utilizando o conceito de valor em uso, que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa descontado onde foram estimadas as receitas e despesas futuras decorrentes do uso dos ativos imobilizados durante sua vida útil e até o fim das concessões. Este fluxo de caixa foi realizado no nível de cada usina (UGC), entendido pela Administração da controlada como o menor grupo identificável de ativos que geram entradas e saídas de caixa.

A metodologia de cálculo do *impairment* considera:

- (i)** Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina (UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela CESP, incluindo o período de prorrogação das usinas.
- (ii)** Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração da controlada adotou como premissa, apenas para fins contábeis, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciado até a data do vencimento da concessão da usina de Paraibuna. No caso da usina de Porto Primavera o contrato de concessão não prevê indenização ao final da concessão em 2056. E, conseqüentemente, não foram considerados no cálculo quaisquer entradas de caixa a título de indenização.

A taxa de desconto, em termos reais, utilizada no cálculo do fluxo de caixa foi de 6,99% a.a., considerada pela Administração da controlada como compatível com o mercado. As principais premissas utilizadas no teste de *impairment* são o GSF (*Generation Scaling Factor*) e o preço de energia.

## 11 Intangível

### Política contábil

#### Direitos sobre recursos naturais

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis.

Após o início da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

#### Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

#### Repactuação risco hidrológico

Risco hidrológico corresponde à relação entre o volume de energia que é gerado pelas usinas que integram o Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) e a garantia física total delas. Somam-se toda a garantia física das usinas que compõem o MRE e toda a energia que foi gerada. Caso o volume elétrico gerado seja menor do que a garantia física, as hidrelétricas têm que pagar a diferença.

A Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, alterou a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo que as geradoras serão compensadas por meio de extensão de prazo de concessão de suas outorgas em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que influenciaram de forma negativa o GSF (*Generation Scaling Factor* ou Fator de Ajuste do MRE das Regras de Comercialização) pós 2012, com o agravamento da crise hídrica.

Os eventos classificados como riscos não hidrológicos são, majoritariamente, os relacionados pelos empreendimentos hidrelétricos denominados “estruturantes” (UHEs Belo Monte, Jirau e Santo Antônio), relacionados à antecipação de garantia física e restrições de transmissão, além da geração fora da ordem de mérito. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis, e não há previsão de pagamento de prêmio de risco.

Ao estender o prazo de concessão das geradoras hidrelétricas, uma vez que essas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o Poder Concedente compensa as companhias cedendo um direito não pecuniário, em forma de extensão do prazo de concessão, com caráter de recuperação de custos incorridos a partir de 2012, reconhecido como capital despendido pela lei.

No decorrer do processo de regulamentação pela ANEEL, que culminou com a publicação da Resolução Normativa nº 895/2020 (“Resolução”), a CCEE efetuou, a pedido da ANEEL, cálculos preliminares do tempo estimado de extensão de outorga dos agentes elegíveis, conforme premissas iniciais da abertura da consulta pública, divulgados no site da Agência em outubro/2020.

Conforme mencionado na nota 1.1.1 (b), em 03 de agosto de 2021 e 14 de setembro de 2021 a ANEEL homologou o prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), entre as quais se incluem a UHE Paraibuna e a UHE Porto Primavera, resultando no reconhecimento da repactuação do risco hidrológico no período findo em 30 de setembro de 2021.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 (R1) - Ativo Intangível tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente, considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC - 04 (R1), o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE.

### **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil líquido do ágio, com o objetivo de avaliar se houve deterioração ou perda no valor recuperável (*impairment*). Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Os valores registrados como ágio no momento da combinação de negócio, foram alocados nos itens Autorização Aneel e *Purchase Price Allocation*.

Conforme o CPC 01 determina, os ágios devem ser testados por recuperabilidade ao menos uma vez por ano, desta forma a Companhia adota como premissa efetuar seus testes no decorrer do quarto trimestre de cada exercício, pois este período coincide com a aprovação do planejamento estratégico dos próximos anos, o qual possui as premissas bases para a realização dos testes.

### **Uso do Bem Público - UBP**

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica e eólica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP.

O registro contábil é feito no momento da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente.

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

### **Direito de outorga**

O Decreto no 81.689, de 19 de maio de 1978, outorgou à controlada Cesp a concessão (direito de outorga) para o aproveitamento de energia hidráulica de trecho do rio Paraná, compreendido entre a Usina de Jupia e a confluência do rio Paranapanema, nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul (UHE Porto Primavera).

O Decreto no 9.271, de 25 de janeiro de 2018, regulamentou a outorga de contrato de concessão no Setor Elétrico associada à privatização de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica e, em seu artigo 3º, estabeleceu que a minuta de contrato de concessão deve ser aprovada pela Aneel e integrar o Edital do Leilão de privatização da pessoa jurídica

(a) Composição e movimentação

	Controladora										Consolidado	
	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020	Direitos de exploração e de recursos naturais	Autorização ANEEL	Power Purchase Agreement	Repactuação risco hidrológico	Softwares	Direitos de outorga	UBP	Intangível em andamento	Total	Total
Saldo no início do período												
Custo	123.261	-	168.022	17.633	96.778	26.134	27.149	1.398.703	171.966	5.396	1.911.781	1.795.564
Amortização acumulada	(294)	-	(6.476)	(1.616)	(14.220)	(10.251)	(19.752)	(78.279)	(10.419)	-	(141.013)	(75.120)
Saldo líquido no início do período	122.967	-	161.546	16.017	82.558	15.883	7.397	1.320.424	161.547	5.396	1.770.768	1.720.444
Adições (i)	-	123.261	-	-	-	781.974	-	-	1.325	583	783.882	127.629
Amortização	(2.641)	-	(3.601)	-	-	(20.062)	(3.434)	(34.967)	(4.325)	-	(66.389)	(45.925)
Amortização de ágio	-	-	-	(423)	(3.896)	-	-	-	-	-	(4.319)	(4.319)
Provisão de <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	(299.452)	-	-	-	-	(299.452)	-
Transferências (ii)	-	-	-	-	-	-	3.670	-	-	(3.180)	490	-
Saldo final do período	120.326	123.261	157.945	15.594	78.662	478.343	7.633	1.285.457	158.547	2.799	2.184.980	1.797.829
Custo	123.261	123.261	168.022	17.633	96.778	508.656	30.819	1.398.703	173.291	2.799	2.396.701	1.923.193
Amortização acumulada	(2.935)	-	(10.077)	(2.039)	(18.116)	(30.313)	(23.186)	(113.246)	(14.744)	-	(211.721)	(125.364)
Saldo líquido no final do período	120.326	123.261	157.945	15.594	78.662	478.343	7.633	1.285.457	158.547	2.799	2.184.980	1.797.829
Taxas médias anuais de amortização - %	3	3	3			8	5	3	3			

- (i) As adições da controladora, ocorridas ao decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, referem-se aos custos com os direitos adquiridos relativos à exploração de recursos eólicos, através de novos projetos de investimento.
- (ii) Transferências realizadas da classe de “Obras em andamento” do imobilizado para a classe de “Softwares” do intangível.

**(b) Teste do GSF para verificação do impairment**

Em função da repactuação do risco hidrológico, com a extensão da concessão, a Administração da controlada CESP preparou estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo intangível em suas operações futuras, considerando o fluxo de caixa futuro das operações e do valor da indenização ao final da concessão, quando aplicável, conforme segue:

**Premissas utilizadas no teste de impairment**

O valor recuperável da repactuação do risco hidrológico foi determinado utilizando o conceito de valor em uso, que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa descontado, onde foram estimadas as receitas e despesas futuras decorrentes do uso dos ativos imobilizados durante sua vida útil e até o fim das concessões. O fluxo de caixa foi realizado no nível de cada usina (Unidade Geradora de Caixa – UGC), entendido pela controlada CESP como o menor grupo identificável de ativos que geram entradas e saídas de caixa.

A metodologia de cálculo do *impairment* considera:

- (i) Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina (UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela Companhia, sem incluir período de prorrogação ou renovação da usina de Paraibuna, conforme indicado na nota 1.1.1 (b).
- (ii) Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, apenas para fins contábeis, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, depreciado até a data do vencimento da concessão da usina de Paraibuna. No caso da usina de Porto Primavera o contrato de concessão não prevê indenização ao final da concessão em 2056, consequentemente, não foram considerados no cálculo quaisquer entradas de caixa a título de indenização.

A taxa de desconto, em termos reais, utilizada no cálculo do fluxo de caixa foi de 6,99% a.a., considerada pela Administração da controlada CESP compatível com o mercado.

As principais premissas utilizadas no teste de *impairment* são o GSF (*Generation Scaling Factor*) e o preço de energia.

**Resultados do teste de impairment**

Após determinar o valor recuperável de cada UGC, a controlada CESP comparou-o com o valor contábil das respectivas usinas. Como resultado, foi constatado que para a UHE Porto Primavera houve constituição de provisão de *impairment* no montante de R\$ 299.452, com reconhecimento no resultado do período na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

Usina	Consolidado		
	30/09/2021		
	Valor contábil imobilizado e intangível	Valor Justo	Provisão de Impairment
UHE Porto Primavera	7.878.058	7.578.606	(299.452)
UHE Paraibuna	29.674	29.674	-
	7.907.732	7.608.280	(299.452)

Abaixo estão demonstrados os impactos nos cenários projetados em função da variação das principais premissas utilizadas no teste de *impairment*:

Análise de sensibilidade	Consolidado		
<b>GSF</b>	<b>-2 p.p.</b>	<b>Atual</b>	<b>+2 p.p.</b>
<i>Impairment</i>	(393.886)	(299.452)	(205.018)
<b>Preço de energia</b>	<b>-R\$ 5,00 / MWh</b>	<b>Atual</b>	<b>+R\$ 5,00 / MWh</b>
<i>Impairment</i>	(455.245)	(299.452)	(143.659)

## 12 Empréstimos e financiamentos

### Política Contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

### (a) Composição

Consolidado									
30/9/2021									
Modalidade	Encargos anuais médios	Encargos	Custo de captação	Principal	Circulante		Não circulante		
					Total	Custo de captação	Principal	Total	Total
<b>Moeda nacional</b>									
BNDES	TJLP+2,54%	4.891	(7.217)	101.488	99.162	(68.136)	1.547.075	1.478.939	1.578.101
BNDES (i)	IPCA+4,56%	-	(812)	-	(812)	(18.288)	544.264	525.976	525.164
Debêntures	IPCA+4,61% / CDI+1,64%	18.833	(6.257)	1.941	14.517	(46.291)	2.250.882	2.204.591	2.219.108
		<u>23.724</u>	<u>(14.286)</u>	<u>103.429</u>	<u>112.867</u>	<u>(132.715)</u>	<u>4.342.221</u>	<u>4.209.506</u>	<u>4.322.373</u>

Consolidado									
31/12/2020									
Modalidade	Encargos anuais médios	Encargos	Custo de captação	Principal	Circulante		Não circulante		
					Total	Custo de captação	Principal	Total	Total
<b>Moeda nacional</b>									
BNDES	TJLP+2,54%	5.210	(7.214)	100.244	98.240	(73.517)	1.621.711	1.548.194	1.646.434
Debêntures	IPCA+4,61% / CDI+1,64%	32.464	(6.257)	4.530	30.737	(50.983)	2.123.500	2.072.517	2.103.254
		<u>37.674</u>	<u>(13.471)</u>	<u>104.774</u>	<u>128.977</u>	<u>(124.500)</u>	<u>3.745.211</u>	<u>3.620.711</u>	<u>3.749.688</u>

- (i) Em 31 de agosto de 2021, as empresas de Piauí II e III captaram o montante de R\$ 537.000, em moeda nacional, junto ao BNDES, com vencimento da primeira parcela do principal em dezembro de 2022 e vencimento final em 2045 e taxas de juros de IPCA + 4,56%.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CDI – Certificado de Depósito Interbancário

IPCA – índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(b) Perfil de vencimento

Modalidade	Consolidado							Total
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	A partir de 2027	
<b>Moeda nacional</b>								
BNDES - TJLP+2,53%	28.790	112.304	103.520	107.964	112.410	116.856	996.257	1.578.101
BNDES - IPCA+4,56%	(812)	(18.288)	19.575	23.832	23.832	23.832	453.193	525.164
Debêntures - IPCA+4,61% / CDI+1,63%	3.864	84.089	71.655	196.048	80.690	6.173	1.776.589	2.219.108
	<u>31.842</u>	<u>178.105</u>	<u>194.750</u>	<u>327.844</u>	<u>216.932</u>	<u>146.861</u>	<u>3.226.039</u>	<u>4.322.373</u>
	<u>0,74%</u>	<u>4,12%</u>	<u>4,51%</u>	<u>7,58%</u>	<u>5,02%</u>	<u>3,40%</u>	<u>74,63%</u>	<u>100,00%</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**(c) Movimentação**

	<b>Consolidado</b>	
	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020
Saldo no início do período	3.749.688	3.790.782
Captações	538.842	1.500.747
Provisão de juros	165.096	174.878
Atualização monetária	136.704	9.434
Apropriações de custos de captações	10.168	22.972
Adição do custo de captação	(19.198)	(50.612)
Juros pagos	(179.046)	(173.276)
Liquidações	(79.881)	(1.572.472)
Saldo no final do período	<u>4.322.373</u>	<u>3.702.453</u>

**(d) Garantias**

Parque	Modalidade	Garantia
Piauí I	BNDES	Garantia Votorantim S.A. <sup>(i)</sup> e Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Piauí I	Debêntures	Garantia Votorantim S.A.
Piauí II e III	BNDES	VTRM Energia Participações S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Araripe III	BNDES	Garantia Votorantim S.A. <sup>(i)</sup> e Ventos de Santo Estevão Holding S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Araripe III	Repasse BNDES	Garantia VTRM Energia Participações S.A. e Ventos de Santo Estevão Holding S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Araripe III	Debêntures	Garantia SPEs <sup>(ii)</sup> ; Fiança bancária <sup>(ii)</sup> ; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
CESP	Debêntures	Cessão fiduciária de direitos creditórios.

- (i)** Garantias serão liberadas após o cumprimento de determinadas obrigações previstas nos contratos.
- (ii)** Empresas que formam o complexo eólico Ventos do Araripe III.

**(e) Condições restritivas**

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas controladas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme último período de apuração.

A Administração das controladas da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas.

### 13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/9/2021	31/12/2020	30/9/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>				
Fornecedores de materiais e serviços	35.186	36.824	122.180	50.745
Fornecedores de materiais e serviços - Partes relacionadas (Nota 21)	737	720	1.151	1.058
Energia comprada para revenda (i)	-	-	140.827	74.287
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas (Nota 21) (i)	-	-	2.395	2.348
Encargos de uso da rede elétrica (ii)	-	-	23.847	19.496
	35.923	37.544	290.400	147.934
<b>Não circulante</b>				
Fornecedores de materiais e serviços	42.462	41.538	42.462	41.538
	42.462	41.538	42.462	41.538
	78.385	79.082	332.862	189.472

(i) Refere-se a contratos de energia comprada para revenda, para o equilíbrio do balanço energético, face a revisão de garantia física das usinas da CESP, conforme Portaria MME nº 178/2017.

(ii) Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição – TUST/TUSD, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.896 de 13 de julho de 2021.

### 14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

#### Política contábil

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

As controladas de Piauí I, II e III e Araripe III, exceto Ventos de São Vicente Participações de Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santo Estevão Holding S.A., optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

#### (a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	45.290	19.196	628.826	218.820
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(15.399)	(6.527)	(213.801)	(74.399)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	21.985	9.778	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(9.981)	(2.657)	(22.243)	(6.390)
Adições temporárias sem constituição de diferido	(1.207)	2.519	(19.843)	(34.357)
Efeitos de empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(35.931)	(5.351)
Incentivo fiscal	-	-	-	428
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	3.601	(481)	(5.625)	(5.737)
IRPJ e CSLL apurados	(1.001)	2.632	(297.443)	(125.806)
Correntes	40	-	(11.384)	(98.831)
Diferidos	(1.041)	2.632	(286.059)	(26.975)
IRPJ e CSLL no resultado	(1.001)	2.632	(297.443)	(125.806)
Taxa efetiva %	(2,21%)	13,71%	(47,30%)	(57,49%)

#### (b) Composição dos saldos de impostos diferidos

Os saldos registrados até 30 de setembro de 2021 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social diferidos e diferenças temporárias da CESP estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da controlada para o período das concessões, as quais são

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

revisadas anualmente, demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

As projeções com o prazo limite de cada concessão, adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

A estimativa utilizada para as análises é o Planejamento estratégico (PE) que demonstra que a CESP gerará lucros tributáveis até o final da concessão superiores ao montante total de créditos fiscais. É possível observar que os prejuízos fiscais e base negativa são recuperados em sua totalidade até 2036.

	Controladora		Consolidado	
	30/9/2021	31/12/2020	30/9/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social				
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Prejuízos fiscal e base negativa	-	-	1.053.174	1.040.974
Provisão <i>impairment</i>	-	-	605.877	508.951
Provisão ativo regulatório	-	-	461.031	461.031
Provisão para processos judiciais	-	-	450.446	594.407
Atualização de benefícios pós-emprego	-	-	40.617	-
Contratos futuros de energia	-	-	8.515	7.291
<i>Hedge accounting</i>	-	-	1.665	3.355
Outras provisões	-	-	55.329	78.745
Débitos tributários sobre diferenças temporárias				
Ganho por compra vantajosa da CESP (i)	(312.805)	(312.805)	(312.805)	(312.805)
Repactuação de risco hidrológico	-	-	(259.563)	-
Atualização de saldo de depósitos judiciais	-	-	(66.690)	(66.781)
Reconhecimento e realização de ágio	(14.533)	(17.512)	(36.326)	(43.779)
Alienação de investidas	(4.020)	-	(4.726)	-
Efeito em outros resultados abrangentes				
Benefícios de pós-emprego (i)	-	-	618.090	820.209
Custo atribuído de imobilizado	-	-	462.548	473.762
<i>Hedge accounting</i>	-	-	13.956	32.082
Líquido	(331.358)	(330.317)	3.091.138	3.597.442
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	-	-	3.444.995	3.954.680
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(331.358)	(330.317)	(353.857)	(357.238)

(i) Tais saldos de impostos diferidos, de acordo com a Administração da Companhia, não possuem previsibilidade estimada de realização e irão ocorrer no curso normal do negócio.

**(c) Efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Controladora		Consolidado	
	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020
Saldo no início do período	(330.317)	(167.133)	3.597.442	1.510.956
Efeitos no resultado	(1.041)	2.632	(286.059)	(26.975)
Efeitos no resultado abrangente				
<i>Hedge accounting</i>			(18.126)	76.844
Entidade de previdência à empregados	-	-	(202.119)	-
Efeitos no patrimônio - Incorporação SF92	-	(166.800)	-	-
Saldo no final do período	(331.358)	(331.301)	3.091.138	1.560.825

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**(d) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Consolidado							
	2021	2022 e 2023	2024 e 2025	2026 e 2027	2028 e 2029	2030 a 2034	A partir de 2035	Total
<b>Realização de diferido com efeito em resultado</b>								
Créditos tributários sobre diferenças temporárias								
Prejuízo fiscal e base negativa	42.051	109.347	82.996	132.860	144.590	242.733	298.597	1.053.174
Provisão para <i>impairment</i> - CPC 01	15.932	40.638	40.638	40.638	40.638	101.595	325.798	605.877
Provisão ativo regulatório	65.862	131.723	131.723	131.723	-	-	-	461.031
Provisão para litígios	102.704	172.790	173.421	1.531	-	-	-	450.446
Atualização de benefícios pós-emprego	40.617	-	-	-	-	-	-	40.617
Contratos futuros de energia	8.515	-	-	-	-	-	-	8.515
<i>Hedge accounting</i> operacional	1.665	-	-	-	-	-	-	1.665
Outras provisões	28.889	7.783	7.685	7.314	3.658	-	-	55.329
Débitos tributários sobre diferenças temporárias								
Repactuação de risco hidrológico	(1.875)	(15.002)	(15.002)	(15.002)	(15.002)	(37.505)	(160.175)	(259.563)
Atualização de saldo de depósitos judiciais	(12.435)	(21.115)	(21.193)	(11.947)	-	-	-	(66.690)
Reconhecimento e realização de mais valia	(993)	(8.082)	(7.284)	(7.284)	(6.370)	(1.809)	(4.504)	(36.326)
Ajuste a valor presente sobre operação de compra e venda de investidas	(81)	(96)	(744)	(1.037)	(1.198)	(1.570)	-	(4.726)
	<u>290.851</u>	<u>417.986</u>	<u>392.240</u>	<u>278.796</u>	<u>166.316</u>	<u>303.444</u>	<u>459.716</u>	<u>2.309.349</u>
<b>Realização de diferido da reserva do PL com efeito em resultado</b>								
Custo atribuído de imobilizado	7.196	32.418	32.418	32.418	32.418	81.045	244.635	462.548
<i>Hedge accounting</i> operacional	9.052	4.904	-	-	-	-	-	13.956
	<u>16.248</u>	<u>37.322</u>	<u>32.418</u>	<u>32.418</u>	<u>32.418</u>	<u>81.045</u>	<u>244.635</u>	<u>476.504</u>
	<u>308.173</u>	<u>463.486</u>	<u>432.686</u>	<u>319.535</u>	<u>206.302</u>	<u>387.868</u>	<u>708.855</u>	<u>2.826.905</u>

Os demais saldos de impostos diferidos, de acordo com a Administração da Companhia, não possuem previsibilidade estimada de realização e irão ocorrer no curso normal do negócio.

**15 Encargos setoriais**

	Consolidado	
	30/9/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		
P&D - Projetos (i)	66.186	65.699
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	7.366	8.580
Quotas para P&D - FNDCT (ii)	1.049	969
Quotas para P&D - MME (ii)	525	490
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	444	620
Quotas para P&D - CDE (ii)	315	-
Reserva Global de Reversão - RGR	70	149
	<u>75.955</u>	<u>76.507</u>
<b>Não Circulante</b>		
P&D - Projetos (i)	1.240	1.240
	1.240	1.240
	<u>77.195</u>	<u>77.747</u>

**(i)** Saldo de recursos a serem aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”), atualizados pela SELIC. Os investimentos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação.

**(ii)** Quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para o Ministério de Minas e

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Energia- MME, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000; e para Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

## 16 UBP – Uso do Bem Público

### Política contábil

De acordo com o contrato de concessão de UBP que regula a exploração da UHE Porto Primavera, a CESP tem a obrigação de pagamento de UBP de 2,50% sobre a receita bruta durante 5 anos.

O montante de UBP é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

A concessão teve início em 15 de abril de 2019 e tem vigência pelo período de 30 anos. O pagamento do UBP é mensal a partir do 13º mês após o início do contrato.

### Composição e movimentação

	UBP	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
			1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020
Saldo inicial do período	167.948	(12.584)	155.364	187.630
Realização do ajuste a valor presente	-	4.278	4.278	6.138
Reavaliação do fluxo de desembolso	1.450	(125)	1.325	2.307
Pagamentos	(31.808)	-	(31.808)	(18.289)
Saldo final do período	137.590	(8.431)	129.159	177.786
Circulante	40.421	-	40.421	46.003
Não circulante	97.169	(8.431)	88.738	131.783
	137.590	(8.431)	129.159	177.786

## 17 Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos

### Política contábil

#### Obrigações socioambientais

Na CESP, os custos socioambientais relativos à Licença de Operação nº 121/2000 da UHE Porto Primavera renovada em 2018 são relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas as instalações da UHE incluindo reflorestamento e programas sociais. Para esses custos é elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos serão amortizados pelo prazo da licença de operação (10 anos).

O passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe obrigação em custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente que surgiu de eventos passados. Essas obrigações são

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

relativas aos Termos de Ajuste de Conduta (“TAC”) firmados com Ministério Público e que não estão contidas nas condicionantes da Licença de Operação.

### Obrigações com desmobilização de ativos

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia e suas controladas.

### Composição e movimentação

	Termo de Ajuste de Conduta	Licença ambiental	Desmobilização de ativos	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
						1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020
						Total	Total
Saldo no início do período	52.466	163.734	721.998	6.052	(680.437)	263.813	265.205
Adições	-	-	-	-	-	-	3.782
Pagamentos	(5.976)	(6.515)	-	-	-	(12.491)	(4.594)
Realização de ajuste a valor presente	-	-	-	-	9.815	9.815	10.558
Saldo no final do período	46.490	157.219	721.998	6.052	(670.622)	261.137	274.951
Circulante	4.025	30.364	-	6.052	-	40.441	47.450
Não circulante	42.465	126.855	721.998	-	(670.622)	220.696	227.501
	46.490	157.219	721.998	6.052	(670.622)	261.137	274.951

## 18 Provisão de ressarcimento

### Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia”. A Administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

#### (a) Ressarcimento anual

**Contratos LER:** Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente no momento da apuração sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, b) e uma penalidade, equivalente

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do segundo mês do próximo ciclo anual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

**Contratos LEN:** Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros ocorrem em 12 parcelas mensais. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano de atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE.

#### **(b) Ressarcimento quadrienal**

**Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD – preço de liquidação das diferenças sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais e o acerto financeiro para energia gerada acima dos limites ocorre em 24 parcelas mensais, ambos a partir do segundo mês do último ano contratual de cada ciclo quadrienal, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

**Contratos LEN:** Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais, a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

**(c) Composição e movimentação**

	Consolidado		
	Ressarcimento anual	Ressarcimento quadrienal	1/1/2021 a 30/9/2021
Saldo no início do período	64.582	76.221	140.803
Adições (i)	140.069	36.725	176.794
	140.069	36.725	176.794
Saldo no final do período	204.651	112.946	317.597
Circulante	204.651	103.128	307.779
Não circulante	-	9.818	9.818
	204.651	112.946	317.597

	Consolidado		
	Ressarcimento anual	Ressarcimento quadrienal	1/1/2020 a 30/9/2020
Saldo no início do período	8.584	40.620	49.204
Adições (i)	38.707	27.610	66.317
Realizações	(1.321)	-	(1.321)
	37.386	27.610	64.996
Saldo no final do período	45.970	68.230	114.200
Circulante	45.970	-	39.366
Não circulante	-	68.230	68.230
	45.970	68.230	107.596

(i) O aumento das adições refere-se substancialmente ao incidente do Trafo mencionado na nota 1.1.1 (a).

**19 Provisões**

**Política contábil**

As controladas, substancialmente a CESP, possuem processos administrativos e judiciais em diferentes esferas, tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental, e baseada na opinião de seus assessores legais e em análises realizadas internamente, constituiu provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada como provável.

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. As provisões cuja probabilidade de perda é classificada como possível ou remota não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas em notas explicativas. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do período.

**(a) Composição e movimentação**

	<b>Consolidado</b>					
			1/1/2021 a 30/9/2021		1/1/2020 a 30/9/2020	
	Tributárias	Trabalhistas	Ambientais	Cíveis	Total	Total
Saldo no início do período	4.568	113.388	14.187	1.616.163	1.748.306	1.814.375
Atualizações	52	4.379	722	140.253	145.406	226.492
Provisão / (reversão)	(490)	64	57.528	(507.733)	(450.631)	(129.240)
(-) Pagamentos	(155)	(18.607)	(3.021)	(96.406)	(118.189)	(52.495)
Saldo no final do período	3.975	99.224	69.416	1.152.277	1.324.892	1.859.132

O contencioso passivo é objeto de variações constantes, porque sua mensuração é atrelada ao próprio andamento das ações judiciais. Desse modo, como política institucional, a Companhia busca refletir em seu balanço, com o mínimo de defasagem possível, o status atual de sua carteira passiva (o que justifica as oscilações trimestrais dos valores divulgados a tal título).

A variação no contencioso provável foi decorrente principalmente da revisão de estimativas conforme evolução processual dos casos, acordos judiciais e decisões favoráveis realizadas no período. Os destaques no trimestre findo em 30 de setembro de 2021 foram os acordos referentes à ação dos Oleiros Ceramistas de Panorama, principal processo da carteira da Companhia.

**(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis**

A composição por natureza dos processos com probabilidade de perda avaliada como possível nos quais a Companhia e suas controladas estão envolvidas, para os quais não há qualquer provisão contabilizada é demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	30/9/2021	31/12/2020
Cíveis	1.539.609	2.126.908
Tributárias	449.831	453.415
Ambientais	324.848	281.239
Trabalhistas	63.173	51.672
	<u>2.377.461</u>	<u>2.913.234</u>

A Administração da Companhia e suas controladas, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas Demonstrações Financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir:

**Ações Cíveis**

**(i) Ações de pescadores**

Existem ações em curso contra a controlada CESP tentadas por supostos pescadores da região da UHE Porto Primavera contra a controlada CESP, que pleiteiam indenização por supostas perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina. O montante total das ações cujo risco de perda é avaliado como

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

possível, em 30 de setembro de 2021, é de R\$ 735.296 correspondente a 89 processos (172 ações judiciais no montante de R\$ 1.414.144 em 31 de dezembro de 2020).

**(ii) Ações de oleiros ceramistas**

Trata-se de ações propostas por supostos oleiros/ceramistas impactados quando da formação da UHE Porto Primavera. O valor total discutido nas ações com risco de perda possível em 30 de setembro de 2021, alcança o montante de R\$ 156.144, correspondente a um total de 13 processos (42 processos no montante de R\$ 268.627 em 31 de dezembro de 2020).

**(iii) Ações de inadimplemento contratual e outros**

Existem ações em curso contra as controladas CESP e Ventos São Virgílio 01 cujos objetos baseiam-se em pedidos de indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados às usinas integrantes do seu parque gerador. O valor total discutido nas ações com risco de perda possível, em 30 de setembro de 2020, alcança o montante de R\$ 613.032, correspondente a um total de 51 processos (267 processos no montante de R\$ 439.476 em 31 de dezembro de 2020).

**(iv) Ações de Desapropriação**

Existem 15 ações em curso contra a controlada CESP discutindo o valor da indenização referente à desapropriação de áreas relacionadas à formação dos reservatórios das usinas da CESP. O valor total discutido nas ações com risco de perda possível, em 30 de setembro de 2021, alcança o montante de R\$ 35.137 (13 ações judiciais no montante de R\$ 120.061 em 31 de dezembro de 2020).

**Ações Tributárias**

As controladas dos parques eólicos de Araripe III possuem ações judiciais tributárias com expectativa de perda possível no montante de R\$ 1.361 em 30 de setembro de 2021.

Já a controlada CESP está envolvida em 117 ações judiciais tributárias com expectativa de perda considerada possível no montante estimado de R\$ 448.470 (130 ações judiciais no montante de R\$ 453.415 em 31 de dezembro de 2020). O principal processo discute o direito creditório CESP oriundo dos pagamentos de PIS e COFINS não cumulativos, relativos aos períodos de apuração de 12/2004 a 11/2005. O direito creditório da CESP tem como origem o pagamento indevido de PIS e COFINS no regime não cumulativo sobre as receitas advindas de contratos de energia elétrica com preço pré-determinado, firmados anteriormente à 31/10/2003 e, portanto, sujeitos ao regime cumulativo nos termos do art. 10, XI, da Lei nº 10.833/2003. O montante da ação é estimado em R\$ 195.127 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 233.013 em 31 de dezembro de 2020).

**Ações Ambientais**

A controlada CESP é parte em ações de natureza ambiental, as quais tem como objeto, via de regra, discussões relativas a medidas reparatórias de danos ambientais, sobretudo em razão do alto impacto ambiental dos empreendimentos cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da CESP. O montante estimado dos processos com expectativa de perda considerada possível em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 322.066 (R\$ 281.239 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A. possui uma ação ambiental, com expectativa de perda possível, no montante de R\$ 2.782 (R\$ 2.725 em 31 de dezembro de 2020), referente a dois autos de infração pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Piauí - SEMAR/PI em decorrência de (i)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

suposto descumprimento de condicionante de licença de operação por alegada suposta provocação de efeitos estroboscópicos em residência no entorno do empreendimento e (ii) suposta elaboração de relatórios omissos de monitoramento de ruídos e efeito estroboscópico. A controlada apresentou impugnações aos autos de infração que, atualmente, aguardam julgamento em 1ª instância administrativa.

### **Reclamações trabalhistas**

Os processos trabalhistas da controlada CESP com expectativa de perda possível totalizam R\$ 63.173 correspondentes a 115 processos (73 processos judiciais no montante de R\$ 51.672 em 31 de dezembro de 2020).

O principal processo foi movido em abril de 2013, pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) da 15ª Região, na Comarca de Teodoro Sampaio/SP, e discute a contratação pela controlada CESP, de serviços de terceiros para o exercício de funções supostamente relacionadas a atividades fim, que deveriam, no entendimento do MPT, serem exercidas por empregados admitidos por concurso público. Em 30 de setembro de 2021, o montante estimado para perda possível da ação é de R\$ 19.950 (R\$ 19.950 em 31 de dezembro de 2020), e processo encontra-se em fase recursal.

## **20 Benefícios pós-empregado**

A CESP patrocina assistência médica e planos de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

Os planos de benefícios foram constituídos na modalidade de plano de Benefício Definido (BD) e, também, de Contribuição Definida (CD). O plano de benefícios BD mais relevante da CESP é o denominado BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) constituído em 1997.

### **Política contábil**

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R) / IAS 19 – Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente.

### **Diferenças entre as metodologias PREVIC e CPC 33**

O comparativo das metodologias de cálculo segundo o CPC 33 e a metodologia PREVIC - Resolução CNPC nº 30/2018 e Portaria PREVIC nº 300, de 12/04/2019, está demonstrado abaixo:

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Metodologia	Relatório CPC 33 (R1)	PREVIC
Metodologia de Cálculo do Passivo Atuarial	Utilizado o método atuarial Crédito Unitário Projetado para apurar o valor presente da obrigação do plano.	Utilizado o método atuarial Agregado para apurar o valor presente da obrigação do plano.
Metodologia de definição do Ativo	Utilizado o Valor Justo dos Ativos que considera os ativos marcados à mercado.	Utilizado o valor contábil do ativo constante no balancete.
Metodologia de Definição da Taxa de Desconto	Taxa definida com base nos títulos de longo prazo (NTN-Bs) posicionados em 30/09/2021.	Taxa definida com base no corredor instituído pela PREVIC na Portaria PREVIC nº 337/2020

Também é apresentado o comparativo das hipóteses atuariais (Vivest e CESP) nas duas metodologias na mensuração do passivo atuarial em 30 de setembro de 2021:

Hipóteses	Relatório CPC 33 (R1)	PREVIC
Taxa de desconto anual	8,35% a.a (4,94% a.a. real)	4,84% a.a.
Taxa de inflação anual de longo prazo	3,25% a.a	3,75% a.a
Crescimento Real dos Salários	4,28% a.a (1,00% a.a. real)	1,00% a.a.
Crescimento Real da Unidade de Referência	3,69% a.a (0,43% a.a. real)	0,43% a.a.
Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT-1949 Masculina	AT-1949 Masculina
Entrada em Invalidez	Light Fraca suavizada em 30%	Light Fraca suavizada em 30%
Rotatividade	ExpR_2012 agravada em 50%	ExpR_2012 agravada em 50%
Entrada em Aposentadoria	Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos / Mulheres: 30 anos	Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos / Mulheres: 30 anos
Composição Familiar	Tempo de filiação ao plano - 15 anos	Tempo de filiação ao plano - 15 anos
	90% casados e cônjuges masculinos 4 anos mais velhos que as esposas	Idade dos participantes de acordo com Cadastro Vivest

Considerando as hipóteses acima, o passivo atuarial em 30 de setembro de 2021 da CESP, calculado com base no CPC 33 é de R\$ 1.936.587, enquanto o passivo calculado pela Vivest com base na metodologia PREVIC é de R\$ 888.467.

### Plano de migração CESP e equacionamento do déficit

O equacionamento de déficit apurados na avaliação atuarial regulada pela PREVIC é efetuado de forma independente entre os subplanos, aplicando-se a cada um deles as determinações da Resolução CNPC Nº30/2018.

Visando mitigar os riscos atuais e futuros do plano, foi submetido para aprovação da PREVIC em 11 de janeiro de 2021 o processo de saldamento e migração do Plano PSAP/CESP B1.

Em sendo aprovado o processo de saldamento, que impacta apenas os participantes ativos e autopatrocinados, os benefícios já acumulados no plano são preservados e a acumulação futura é interrompida. Ou seja, não haverá mais novas contribuições para formação de benefício nos subplanos Benefício Definido (BD) e Contribuição Variável (CV) do PSAP/CESP B1. É importante ressaltar que esse processo não impacta os benefícios que são pagos aos aposentados e pensionistas pelo plano, cujo direito adquirido está preservado.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Já a migração, é a oportunidade que os participantes têm de transferir seus recursos do PSAP/CESP B1, que é um plano de benefício definido – BD, para o Plano CESP CD, que é um plano de contribuição definida. Apesar de o saldamento ocorrer apenas para os participantes ativos, a migração para o Plano CESP CD será aberta para todos os participantes do Plano PSAP/CESP B1. É importante ressaltar que a migração será voluntária e só ocorrerá durante o período de migração, que será estabelecido após a aprovação do processo pela PREVIC. Os participantes que não optarem pela migração permanecerão sob as regras e condições do PSAP/CESP B1, portanto recebendo uma renda vitalícia previamente definida. Os participantes que optarem pela migração deixam de ter o benefício da renda vitalícia e passam a ter uma renda financeira equivalente ao valor de sua reserva migrada.

O valor final de eventual déficit, será recalculado pela metodologia PREVIC após conclusão das medidas mitigatórias, como, por exemplo, a migração opcional de participantes do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida.

### **Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com CPC 33 (R1) / IAS 19**

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 30 de setembro de 2021, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R1) / IAS 19, a composição de ativos e passivos relativos à cobertura dos planos de benefícios definidos – BD é como segue:

#### **Premissas atuariais**

	30/9/2021			31/12/2020		
	BSPS	BD	CV	BSPS	BD	CV
<b>Premissas:</b>						
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	8,35%	8,35%	8,35%	6,56%	6,56%	6,56%
Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano	8,35%	8,35%	8,35%	6,56%	6,56%	6,56%
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	4,94%	4,94%	4,94%	3,21%	3,21%	3,21%
Taxa de crescimento salarial	NA	4,28%	4,28%	NA	4,28%	4,28%
Taxa de inflação de longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
Taxa de rotatividade	Experiência VIVest			Experiência VIVest		
Tábua de mortalidade	AT 2000 segregada por sexo			AT 2000 segregada por sexo		
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT-FRACA SUAVIZADA EM 30%			LIGHT-FRACA SUAVIZADA EM 30%		
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 1949			AT - 1949		
<b>Quantidade de participantes:</b>						
Nº de participantes ativos	58	145	137	58	145	137
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	4.379	1.916	1.015	4.379	1.916	1.015
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	156	69	26	156	69	26
Nº de participantes inativos - pensionistas	1.154	205	75	1.154	205	75

#### **Avaliação atuarial**

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A CESP reconhece os ganhos ou perdas atuariais no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

#### **Plano BSPS – Cobertura vigente até 31 de dezembro de 1997**

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a um Benefício Saldado em 31 de dezembro de 1997 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até aquela data, e que tinha como base a cobertura de 100% da média salarial final. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é exclusiva da Patrocinadora CESP.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Plano BD – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial final aos inscritos após 31 de dezembro de 1997 e proporcional tempo de serviço acumulado após 31 de dezembro de 1997 para os inscritos até esta data. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é de acordo com a legislação vigente, que atualmente remete à proporção das contribuições feitas ao plano entre Patrocinador de um lado e participantes (incluindo os assistidos) de outro, o que resulta em menos do que 50% como responsabilidade da Patrocinadora CESP, já que os autos patrocinados estão incluídos entre os participantes.

### Plano CV – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de suplementação adicional que será concedida concomitantemente com os demais benefícios e terá como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da opção do participante. As opções de recebimento de renda são:

1. Renda mensal vitalícia sem continuação aos beneficiários;
2. Renda mensal vitalícia com continuação aos beneficiários;
3. Renda mensal por prazo certo que poderá ser de 10,15 ou 20 anos;
4. Renda mensal em percentual do saldo de 0,10% a 2,00%

O participante poderá optar por receber até 25% do saldo da conta em pagamento único, desde que o saldo remanescente não gere uma renda inferior a 10% da unidade de referência CESP.

### Cálculo e movimentações

Análise de sensibilidade	Consolidado			
	BSPS	BD	CV	Total
Saldo da obrigação de benefício definido se:				
Taxa de desconto for reduzida em 0,5%	6.695.497	990.601	153.062	7.839.160
Taxa de desconto for aumentada em 0,5%	7.264.550	1.098.400	169.897	8.532.847

Fluxos de caixa projetados	Consolidado			
	BSPS	BD	CV	Total
Estimativa das contribuições da patrocinadora para o plano no ano seguinte	-	560	1.239	1.799
Estimativa das contribuições dos empregados para o plano no ano seguinte	-	1.432	-	1.432
Pagamentos esperados de benefícios dos planos:				
2021	618.324	70.138	12.503	700.965
2022	628.315	72.678	12.818	713.811
2023	637.617	76.039	13.082	726.738
2024	645.546	78.497	13.412	737.455
2025	652.282	81.286	13.723	747.291
2026 a 2029	3.309.143	447.373	73.078	3.829.594

### (a) Conciliação dos ativos e passivos

	Consolidado	
	30/9/2021	31/12/2020
Valor da obrigação atuarial líquida	8.172.625	8.449.397
Valor justo dos ativos dos planos	(6.235.251)	(6.037.018)
Total do passivo líquido	1.937.374	2.412.379

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**(b) Movimentação do passivo atuarial**

	Consolidado			
	30/9/2021			
	BSPS	BD	CV	Total
<b>Saldo inicial do valor presente das obrigações em 1/1/2021</b>	7.145.620	1.131.378	172.399	8.449.397
Custo do serviço corrente (c)	-	1.173	141	1.314
Juros sobre a obrigação atuarial (c)	338.504	54.188	8.237	400.929
Contribuições de participantes	-	951	-	951
Benefícios pagos pelo plano	(368.167)	(44.002)	(7.225)	(419.394)
Ganhos atuariais (d)	(146.392)	(101.594)	(12.585)	(260.571)
<b>Saldo final do valor presente das obrigações em 30/09/2021</b>	<b>6.969.565</b>	<b>1.042.094</b>	<b>160.967</b>	<b>8.172.626</b>
<b>Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano em 1/1/2021</b>	<b>(4.994.966)</b>	<b>(947.860)</b>	<b>(94.191)</b>	<b>(6.037.017)</b>
Juros sobre ativos do plano (c)	(232.693)	(45.245)	(4.400)	(282.338)
Contribuições de participantes	-	(951)	-	(951)
Contribuições do patrocinador	-	(301)	(142)	(443)
Benefícios pagos pelo plano	368.167	44.002	7.225	419.394
Rendimento dos ativos do plano (d)	(284.953)	(33.925)	(15.019)	(333.897)
<b>Saldo final do valor justo dos ativos dos planos em 30/09/2021</b>	<b>(5.144.445)</b>	<b>(984.280)</b>	<b>(106.527)</b>	<b>(6.235.252)</b>
<b>Saldo inicial do superávit irre recuperável em 1/1/2021</b>	<b>-</b>	<b>37.644</b>	<b>-</b>	<b>37.644</b>
Juros sobre o superávit irre recuperável (c)	-	2.695	-	2.695
Mudança de superávit irre recuperável durante o exercício (d)	-	(40.339)	-	(40.339)
<b>Efeito do limite para reconhecimento de ativo de benefício definido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do passivo atuarial líquido</b>	<b>1.825.120</b>	<b>57.814</b>	<b>54.440</b>	<b>1.937.374</b>

	Consolidado			
	2020			
	BSPS	BD	CV	Total
<b>Saldo inicial do valor presente das obrigações em 1/1/2020</b>	5.623.274	911.823	130.716	6.665.813
Custo do serviço corrente (c)	-	(667)	178	(489)
Juros sobre a obrigação atuarial (c)	388.022	63.703	9.082	460.807
Contribuições de participantes	-	2.468	-	2.468
Benefícios pagos pelo plano	(436.391)	(50.100)	(8.099)	(494.590)
Perdas atuariais (d)	1.570.715	204.151	40.522	1.815.388
<b>Saldo final do valor presente das obrigações em 31/12/2020</b>	<b>7.145.620</b>	<b>1.131.378</b>	<b>172.399</b>	<b>8.449.397</b>
<b>Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano em 1/1/2020</b>	<b>(4.818.057)</b>	<b>(949.467)</b>	<b>(98.938)</b>	<b>(5.866.462)</b>
Juros sobre ativos do plano (c)	(330.368)	(66.705)	(6.807)	(403.880)
Contribuições de participantes	-	(2.468)	-	(2.468)
Contribuições do patrocinador	-	(905)	(425)	(1.330)
Benefícios pagos pelo plano	436.391	50.100	8.099	494.590
Rendimento dos ativos do plano (d)	(282.933)	21.585	3.880	(257.468)
<b>Saldo final do valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020</b>	<b>(4.994.967)</b>	<b>(947.860)</b>	<b>(94.191)</b>	<b>(6.037.018)</b>
<b>Saldo inicial do superávit irre recuperável em 1/1/2020</b>	<b>-</b>	<b>37.644</b>	<b>-</b>	<b>37.644</b>
Juros sobre o superávit irre recuperável (c)	-	2.695	-	2.695
Mudança de superávit irre recuperável durante o exercício (d)	-	(40.339)	-	(40.339)
<b>Efeito do limite para reconhecimento de ativo de benefício definido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do passivo atuarial líquido</b>	<b>2.150.653</b>	<b>183.518</b>	<b>78.208</b>	<b>2.412.379</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**(c) Movimentação de Outros resultados abrangentes (ORA)**

	Consolidado				
				30/9/2021	2020
	BSPS	BD	CV	Total	Total
Perda atuarial de evolução do passivo, incluindo liquidações rotineiras	1.022.576	127.038	22.635	1.172.249	1.772.244
Perda atuarial de alterações de premissas	(1.168.966)	(228.632)	(35.221)	(1.432.819)	43.144
Rendimento de ativos (maior)/menor que os juros líquidos reconhecido	(284.953)	(33.926)	(15.018)	(333.897)	(257.468)
Mudanças no efeito do limite para reconhecimento de ativo no exercício	-	-	-	-	(40.339)
<b>Movimento em ORA durante o período</b>	<b>(431.343)</b>	<b>(135.520)</b>	<b>(27.604)</b>	<b>(594.467)</b>	<b>1.517.581</b>

**(d) Componentes do resultado do período**

	Consolidado			
	30/09/2021			
	BSPS	BD	CV	Total
Custo do serviço corrente	-	1.173	141	1.314
Custo de juros sobre a obrigação	338.505	54.188	8.237	400.929
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(232.693)	(45.245)	(4.400)	(282.338)
<b>Despesa realizada no período</b>	<b>105.812</b>	<b>10.116</b>	<b>3.978</b>	<b>119.905</b>

**(e) Despesa / (Receita) estimada para 2021**

	Consolidado			
	2021			
	BSPS	BD	CV	Total
Custo do serviço corrente	-	1.564	188	1.752
Custo de juros sobre a obrigação	451.340	72.250	10.982	534.572
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(310.257)	(60.327)	(5.867)	(376.451)
<b>Despesa estimada para o exercício</b>	<b>141.083</b>	<b>13.487</b>	<b>5.303</b>	<b>159.873</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 21 Partes relacionadas

### Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas. No curso normal das operações, a Companhia e suas controladas realizam contratos com partes relacionadas (coligadas, *joint ventures* e acionistas), relacionados, principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

	Controladora													
	Dividendos a receber		Ativo não circulante		Fornecedores (Nota 13)		Dividendos a pagar		Compras e serviços		Receitas Financeiras (Nota 25)		Despesas Financeiras (Nota 25)	
	30/9/2021	31/12/2020	30/9/2021	31/12/2020	30/9/2021	31/12/2020	30/9/2021	31/12/2020	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020
<b>Acionistas controladores em conjunto</b>														
Votorantim Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	697	666	-	139.651	(9.970)	(6.088)	-	-	-	-
CPP Investments	-	-	-	-	-	-	-	139.651	-	-	-	-	-	-
<b>Sociedades coligadas</b>														
Votoratim S.A.	-	-	-	-	40	54	-	-	(108)	(1.296)	-	-	-	-
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.095)	(2.219)	-	-	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio (i)	-	-	44.581	-	-	-	-	-	-	-	16.492	-	(6.618)	-
CBA Itapissuma (i)	-	-	11.796	-	-	-	-	-	-	-	3.683	-	(1.732)	-
<b>Sociedades controladas</b>														
Companhia Energética de São Paulo - CESP	-	229.213	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.	19	16.702	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	764	764	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>783</b>	<b>246.679</b>	<b>56.377</b>	<b>-</b>	<b>737</b>	<b>720</b>	<b>-</b>	<b>279.302</b>	<b>(12.173)</b>	<b>(9.603)</b>	<b>20.175</b>	<b>-</b>	<b>(8.350)</b>	<b>-</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado									
	Contas a receber de clientes (Nota 6)		Ativos circulante e não circulante		Fornecedores (Nota 13)		Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		Passivo não circulante	
	30/9/2021	31/12/2020	30/9/2021	31/12/2020	30/9/2021	31/12/2020	30/9/2021	31/12/2020	30/9/2021	31/12/2020
<b>Acionistas controladores em conjunto</b>										
Votorantim Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	697	666	-	139.651	-	-
CPP Investments	-	-	-	-	-	-	-	139.651	-	-
<b>Sociedades coligadas</b>										
Votoratim S.A.	-	-	-	-	454	392	-	-	-	-
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	9.038	8.537	-	-	2.395	2.348	-	-	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio (i)	-	-	44.581	-	-	-	-	-	34.707	-
CBA Itapissuma (i)	-	-	11.796	-	-	-	-	-	9.845	-
Citrosuco S.A. Agroindústria (ii)	1.183	587	11.308	14.982	-	-	-	-	17.385	16.970
Nexa Recursos Minerais S.A.	-	-	-	3.482	-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	290	352.706	-	-
	<u>10.221</u>	<u>9.124</u>	<u>67.685</u>	<u>18.464</u>	<u>3.546</u>	<u>3.406</u>	<u>290</u>	<u>632.008</u>	<u>61.937</u>	<u>16.970</u>

	Consolidado							
	Vendas (Nota 23)		Compras e serviços		Receitas Financeiras		Despesas Financeiras	
	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020						
<b>Acionistas controladores em conjunto</b>								
Votorantim Geração de Energia S.A.	-	-	(9.970)	(6.088)	-	-	-	-
<b>Sociedades coligadas</b>								
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	(2.095)	(2.219)	-	-	-	-
Votoratim S.A.	-	-	(5.585)	(2.699)	-	-	-	-
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	67.285	59.464	(22.593)	(23.569)	-	-	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio (i)	-	-	-	-	16.492	-	(6.618)	-
CBA Itapissuma (i)	-	-	-	-	3.683	-	(1.732)	-
Citrosuco S.A. Agroindústria (ii)	8.073	-	-	-	280	190	(415)	(90)
	<u>75.358</u>	<u>59.464</u>	<u>(40.243)</u>	<u>(34.575)</u>	<u>20.455</u>	<u>190</u>	<u>(8.765)</u>	<u>(90)</u>

(i) Referem-se aos saldos em aberto da operação de venda de participação de controladas por parte da VTRM para a CBA, conforme nota 1.1.1 (e), os quais e estão líquidos do ajuste a valor presente.

(ii) Os saldos em aberto, com exceção dos valores de contas a receber, referem-se à operação da alienação de participação em investidas da Ventos de São Vicente Energias Renováveis (“São Vicente”) mencionada na Nota 1.1. (g) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo de 31 de dezembro de 2020 e estão líquidos do ajuste a valor presente.

## 21.1 Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração da administração da Companhia, em 30 de setembro de 2021 foi no montante de R\$ 1.433 (R\$ 1.897 em 30 de setembro de 2020), sendo R\$ 1.088 relacionado às remunerações fixa e variável (R\$ 1.593 no período findo em 30 de setembro de 2020) e R\$ 345 referente a encargos sociais (R\$ 304 no período findo em 30 de setembro de 2020).

## 22 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 2.997.983, composto por 1.985.095 ações ordinárias.

### (b) Reserva de lucros

	Consolidado e controladora	
	30/09/2021	31/12/2020
Reserva legal (i)	60.428	60.428
Retenção de lucros (ii)	1.756.726	1.477.424
	<u>1.817.154</u>	<u>1.537.852</u>

(i) A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo ou aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

(ii) A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

### (c) Distribuição de lucros

É reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

A Companhia e as controladas eólicas realizam a destinação do resultado com 25% de dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício, deduzido de reserva legal. Já o estatuto social da controlada CESP prevê distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 10% sobre o capital social, deduzido de reserva legal.

Conforme nota 1.1.2 (e), os acionistas deliberaram pela não distribuição dos dividendos referente aos exercícios findo em 2020 e 2019, com isso os saldos provisionados no passivo na rubrica de dividendos a pagar foram reclassificados para a reserva de retenção de lucros no patrimônio líquido, no montante de R\$ 279.302.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**(d) Ajuste de avaliação patrimonial**

O saldo de outros componentes do resultado abrangente no montante de R\$ 173.945 em 30 de setembro de 2021 (R\$ (636.478) em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao reflexo proporcional dos ajustes referente ao passivo atuarial reconhecido com base no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e instrumentos financeiros derivativos na controlada CESP.

**23 Receita**

**Política contábil**

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas e coligadas, no consolidado.

A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

**Venda de energia elétrica e serviços prestados**

As operações de compra e venda de energia realizadas pelas controladas são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

VTRM Energia Participações S.A.  
Notas explicativas

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado	
		1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020
<b>Receita bruta</b>			
ACR			
Leilão de Energia Reserva (LER)		65.762	65.471
Leilão de Energia Nova (LEN)		294.330	296.768
Provisão de ressarcimento	18 (a)	(176.794)	(64.996)
Leilões de Energia - Distribuidores de energia		382.296	368.935
Energia de curto prazo		49.372	38.145
		614.966	704.323
ACL			
Contratos bilaterais		1.242.192	1.167.478
Operações de <i>trading</i>		225.090	68.801
Partes relacionadas	21	75.358	59.464
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)		10.959	(584)
		1.553.599	1.295.159
Venda de energia		2.168.565	1.999.482
Instrumentos financeiros derivativos		(76.427)	(79.558)
Suprimento em regime de quotas - UHE Jaguari		-	4.324
Outras receitas		2.376	2.048
		(74.051)	(73.186)
		2.094.514	1.926.296
<b>Deduções sobre a venda de energia</b>			
COFINS sobre receitas operacionais		(157.589)	(138.403)
PIS sobre receitas operacionais		(33.788)	(29.614)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(27.949)	(34.515)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(11.563)	(10.293)
Quota para a reserva global de reversão - RGR		(1.333)	(1.910)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(5.382)	(4.637)
Imposto sobre serviços - ISS		(109)	(65)
		(237.713)	(219.437)
Receita líquida		1.856.801	1.706.859

As receitas da Companhia e suas controladas são em sua totalidade em reais e dentro do mercado interno brasileiro.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

24 Custos e despesas

Controladora			
1/1/2021 a 30/9/2021			
	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total
Serviços de terceiros	(14.306)	(6.992)	(21.298)
Benefícios a empregados (a)	(2.923)	-	(2.923)
Administradores	(1.822)	-	(1.822)
Depreciação e amortização	(2.703)	-	(2.703)
Outras despesas	(2.069)	(1.616)	(3.685)
	<u>(23.823)</u>	<u>(8.608)</u>	<u>(32.431)</u>

Controladora			
1/1/2020 a 30/9/2020			
	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total
Serviços de terceiros	(9.995)	-	(9.995)
Benefícios a empregados (a)	(2.497)	-	(2.497)
Administradores	(2.632)	-	(2.632)
Depreciação e amortização	(62)	-	(62)
Venda de crédito de carbono	-	3.482	3482
Outras despesas	(513)	(6)	(519)
	<u>(15.699)</u>	<u>3.476</u>	<u>(12.223)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**Notas explicativas**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado					
1/1/2021 a 30/9/2021					
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total
Repactuação de risco hidrológico	781.974	-	-	-	781.974
Energia comprada	(777.220)	-	-	-	(777.220)
Depreciação e amortização	-	(405.514)	(7.784)	3.735	(409.563)
Provisão de <i>impairment</i>	-	-	-	(299.452)	(299.452)
Encargos de uso da rede elétrica	(144.092)	-	-	-	(144.092)
Benefícios a empregados (a)	-	(17.460)	(52.003)	-	(69.463)
Serviços de terceiros	-	(14.863)	(36.914)	-	(51.777)
Serviços de operação e manutenção - O&M	-	(36.921)	-	-	(36.921)
Reversão da provisão para litígios	-	-	-	450.631	450.631
Contratos futuros de energia	-	-	-	(3.599)	(3.599)
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	(44.328)	(44.328)
Amortização de ágio	-	-	-	(26.218)	(26.218)
Materiais, manutenção e conservação	-	(8.796)	(2.910)	-	(11.706)
Aluguéis e arrendamentos	-	(7.021)	(621)	-	(7.642)
Seguros	-	(3.306)	(3.279)	-	(6.585)
Impostos, taxas e contribuições	-	(667)	(2.937)	-	(3.604)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	-	(3.191)	(3.066)	(693)	(6.950)
	<u>(139.338)</u>	<u>(497.739)</u>	<u>(109.514)</u>	<u>80.076</u>	<u>(666.515)</u>

Consolidado					
1/1/2020 a 30/9/2020					
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total
Energia comprada	(393.470)	-	-	-	(393.470)
Depreciação e amortização	-	(389.736)	(6.477)	(58)	(396.271)
Encargos de uso da rede elétrica	(124.442)	-	-	-	(124.442)
Benefícios a empregados (a)	-	(19.698)	(49.572)	-	(69.270)
Serviços de terceiros	-	(6.036)	(28.511)	-	(34.547)
Serviços de operação e manutenção - O&M	-	(32.312)	-	-	(32.312)
Reversão da provisão para litígios	-	-	-	129.240	129.240
Contratos futuros de energia	-	-	-	13.836	13.836
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	(46.806)	(46.806)
Amortização de ágio	-	-	-	(27.315)	(27.315)
Materiais, manutenção e conservação	-	(4.183)	(403)	-	(4.586)
Aluguéis e arrendamentos	-	(6.102)	(809)	-	(6.911)
Seguros	-	(25)	(7.165)	-	(7.190)
Venda de crédito de carbono	-	-	-	3.482	3.482
Impostos, taxas e contribuições	-	(307)	(2.470)	-	(2.777)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	-	(6.047)	(3.245)	24.704	15.412
	<u>(517.912)</u>	<u>(464.446)</u>	<u>(98.652)</u>	<u>97.083</u>	<u>(983.927)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) **Benefícios a empregados**

**Política contábil**

**Participação dos empregados no resultado**

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como “Benefícios a empregados na categoria de remuneração direta”.

	Controladora		Consolidado	
	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020
Remuneração direta	(1.444)	(1.440)	(37.858)	(47.276)
Encargos sociais	(1.000)	(897)	(18.707)	(15.229)
Benefícios	(479)	(160)	(12.898)	(6.765)
	<u>(2.923)</u>	<u>(2.497)</u>	<u>(69.463)</u>	<u>(69.270)</u>

**25 Resultado financeiro líquido**

**Política contábil**

**Receitas (despesas) financeiras**

Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variações monetárias e cambiais e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	Controladora		Consolidado	
	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020	1/1/2021 a 30/9/2021	1/1/2020 a 30/9/2020
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.927	3.103	32.540	26.538
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas	20.175	-	20.455	190
Atualização monetária sobre ativos	-	-	6.718	6.799
Outras receitas financeiras	91	38	1.954	622
	<u>24.193</u>	<u>3.141</u>	<u>61.667</u>	<u>34.149</u>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(165.096)	(174.878)
Atualização monetária sobre debêntures	-	-	(136.704)	(9.434)
Atualização monetária sobre provisões para litígios	-	-	(145.405)	(226.443)
Atualização do saldo de benefícios pós-emprego	-	-	(118.591)	(44.717)
Baixa de atualização monetária sobre depósitos judiciais	-	-	(7.789)	(21.907)
Prêmio por liquidação antecipada de empréstimos	-	-	-	(11.326)
Ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais	-	-	(9.815)	(10.558)
Ajuste a valor presente sobre UBP	-	-	(4.278)	(6.138)
Atualização monetária sobre acordos judiciais	-	-	(8.114)	(4.255)
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas	(8.350)	-	(8.765)	(90)
Atualização monetária sobre fornecedores	(2.045)	(288)	(2.045)	-
PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(187)	(144)	(971)	(1.118)
Outras despesas financeiras, líquidas	(552)	(48)	(15.554)	(27.397)
	<u>(11.134)</u>	<u>(480)</u>	<u>(623.127)</u>	<u>(538.261)</u>
	<u>13.059</u>	<u>2.661</u>	<u>(561.460)</u>	<u>(504.112)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 26 Instrumento financeiro e gestão de risco

### 26.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco hidrológico e GSF, (d) risco regulatório, (e) risco socioambiental e (f) risco de não performance dos parques eólicos.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, exceto a CESP, seguem a Política Financeira Votorantim, aprovada pelo Conselho de Administração da Votorantim S.A. ("VSA"), com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento. A CESP segue norma pautada nas diretrizes da política VSA e adaptada para seu contexto.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

#### (a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração da VSA e da CESP.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 5.2. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

#### (b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política Financeira Votorantim e, para a CESP, conforme norma pautada nas diretrizes da política da VSA e adaptada para seu contexto, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
<b>Em 30 de setembro de 2021</b>					
Empréstimos e financiamentos (i)	321.984	434.040	1.495.156	4.245.661	6.496.841
Fornecedores	290.400	42.462	-	-	332.862
Contratos futuros de energia	23.877	831	335	-	25.043
Arrendamentos (i)	1.987	3.312	1.104	-	6.403
Encargos setoriais	75.955	1.240	-	-	77.195
UBP - Uso do Bem Público (i)	40.421	39.083	58.086	-	137.590
	<u>754.624</u>	<u>520.968</u>	<u>1.554.681</u>	<u>4.245.661</u>	<u>7.075.934</u>

	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>					
Empréstimos e financiamentos (i)	296.083	378.932	1.227.068	3.409.581	5.311.664
Fornecedores	147.934	42.462	-	-	190.396
Contratos futuros de energia	17.336	4.108	-	-	21.444
Arrendamentos (i)	1.928	3.696	1.834	-	7.458
Encargos setoriais	76.507	1.240	-	-	77.747
UBP - Uso do Bem Público (i)	41.306	78.280	48.360	-	167.946
	<u>581.094</u>	<u>508.718</u>	<u>1.277.262</u>	<u>3.409.581</u>	<u>5.776.655</u>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

### (c) Risco hidrológico e GSF

A geração de energia elétrica da controlada CESP depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico. Sendo que a principal usina hidrelétrica, UHE Porto Primavera, que representa 94% de sua garantia física para venda, concentra-se na área de influência da bacia do Rio Paraná, região oeste do Estado de São Paulo e opera a fio d'água.

A Garantia Física do sistema representa a máxima quantidade de energia possível de ser suprida em condição permanente a um dado critério de garantia de suprimento. A Garantia Física respectiva de cada usina corresponde ao limite de energia que ela está autorizada a comercializar através de contratos.

Os riscos de escassez de água devido às condições pluviométricas são cíclicos, porém essas ocorrências têm sido intensas nos últimos anos. Conforme a regulamentação atualmente vigente no setor elétrico, parte dessa escassez é coberta pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, instrumento que compartilha os riscos de geração insuficiente de energia entre todas as usinas hidráulicas integrantes desse mecanismo, captando as diferenças de sazonalidades das vazões nas diversas bacias hidrográficas, de forma a tentar neutralizar o impacto financeiro associado ao risco hidrológico proveniente do despacho centralizado que caracteriza o SIN – Sistema Interligado Nacional.

Quando a soma da geração das usinas integrantes do MRE não é suficiente para suprir a soma das garantias físicas desses empreendimentos ocorre o denominado GSF – *Generation Scaling Factor* inferior a 1, impactando financeiramente essas usinas pela razão entre sua garantia física e o montante efetivamente gerado, valorado ao PLD – Preço de Liquidação das Diferenças e liquidado mensalmente. Por esse motivo, o GSF pode afetar os resultados da CESP e sua condição financeira, bem como a geração de fluxo de caixa futuro.

Por outro lado, quando a geração dessas usinas supera as garantias físicas, os agentes do MRE são beneficiados com a denominada “energia secundária”, que também é remunerada ao PLD.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**(d) Risco regulatório**

As atividades dos parques eólicos e da CESP são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades das controladas da Companhia.

**(e) Risco socioambiental**

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção das localidades potencialmente impactadas.

A Companhia e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações. risco de não performance dos parques eólicos

**(f) Risco de não performance dos parques eólicos**

As controladas da Companhia possuem em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que tais subsidiárias possuem negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras das controladas da Companhia.

## 26.2 Efeito dos derivativos financeiros no balanço patrimonial, fluxo de caixa e resultado

### Política contábil

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente mensurados ao valor justo. Derivativos são usados apenas para fins de mitigação de risco e não como investimentos especulativos. Quando os derivativos não atendem aos critérios de contabilização de *hedge*, são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado.

Em 2019, a controlada CESP contratou programa de *Non Deliverable Forward* (“NDF”) em dólares (venda de moeda estrangeira), na modalidade de balcão, com o objetivo de proteger até 95% da exposição cambial até dezembro de 2021.

Esta exposição decorre de contratos de venda de energia com cláusula de ajuste vinculada à taxa do dólar.

Os derivativos contratados pela controlada CESP são considerados como *hedge* de fluxo de caixa, relacionados a uma transação prevista altamente provável (receita de venda de energia). A parcela efetiva das alterações no valor justo é reconhecida no patrimônio líquido na linha de “Outros resultados abrangentes” e é subsequentemente reclassificada para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados protegidos afetam a demonstração de resultado. Ganhos ou perdas relacionadas à parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado do exercício.

Consolidado											
	Valor principal		Unidade	Impacto no resultado operacional	Valor justo outros resultados abrangentes	Perda realizada	Valor justo		Valor justo por vencimento		
	30/9/2021	31/12/2020					30/9/2021	31/12/2020	2021	2022	Total
<i>Hedge</i> de operações de venda de energia											
<i>Non Deliverable Forward</i>	43.000	122.000	USD Milhares	(76.427)	63.500	(71.208)	(45.944)	(104.225)	(34.018)	(11.926)	(45.944)

## 26.3 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

**Ativos financeiros** - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

**Passivos financeiros** - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

**Contratos futuros de energia** - O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda e (ii) margem de risco no fornecimento. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

**Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

**Nível 2** - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

**Nível 3** - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Em 30 de setembro de 2021, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e os passivos mensurados ao valor justos e classificados nos níveis 1 e 2. Os valores seriam conforme tabela abaixo:

		Valor justo medido com base em				Consolidado		
		Nível 1		Nível 2		Valor contábil		
Nota		30/9/2021	31/12/2020	30/9/2021	31/12/2020	30/9/2021	31/12/2020	
<b>Ativos</b>								
	Equivalentes de caixa	5	1.354.763	1.084.244	-	-	1.354.763	1.084.244
	Fundo de liquidez - conta reserva	5.1	97.983	83.035	-	-	97.983	83.035
			<u>1.452.746</u>	<u>1.167.279</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.452.746</u>	<u>1.167.279</u>
<b>Passivos</b>								
	Instrumentos financeiros derivativos	26.2	-	-	45.944	104.225	45.944	104.225
	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	3.711.240	3.847.109	4.322.373	3.749.688
	Contratos futuros de energia		-	-	25.043	21.444	25.043	21.444
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.782.227</u>	<u>3.998.075</u>	<u>4.393.360</u>	<u>3.900.654</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### 26.4 Demonstrativos da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos, são (i) a exposição à flutuação do dólar e (ii) taxas de juros CDI, TJLP, IPCA e cupom de dólar e (iii) a exposição de preço dos contratos de compra e venda de energia elétrica. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 30 de setembro de 2021, estão descritos abaixo:

**Cenário I** - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2020, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de dezembro de 2021;

**Cenário II** - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 30 de setembro de 2021;

**Cenário III** - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 30 de setembro de 2021.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Controladora				
						Impactos no resultado				
						Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Equivalentes de caixa (i)	Unidade	Choque nas curvas de 30/9/2021	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%		
Taxas de juros										
BRL-CDI 6,15%	192.916	BRL milhares	178 bps*	3.433	(2.966)	(5.932)	2.966	5.932		

						Consolidado					
						Impactos no resultado					
						Cenário I		Cenários II & III			
Fatores de risco	Equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva	Empréstimos e financiamentos (i) (ii)	Principal de instrumentos financeiros derivativos (i)	Contratos futuros de energia	Unidade	Choque nas curvas de 30/9/2021	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros											
CDI 6,15%	1.455.148	305.429	233.894	-	BRL milhares	178 bps*	25.882	(20.934)	(41.867)	20.934	41.867
TJLP 0,12%	-	1.653.454	-	-	BRL milhares	3 bps*	392	18.952	37.904	(18.952)	(37.904)
IPCA 7,02%	-	2.510.491	-	-	BRL milhares	148 bps*	21.661	25.621	51.241	(25.621)	(51.241)
Câmbio											
USD	-	-	43.000	-	USD milhares	-4,40%	2.633	14.955	29.910	(14.955)	(29.910)
Contratos futuros de energia											
Contratos de compra e venda - valor justo	-	-	-	25.043	BRL milhares		(25.043)	(27.034)	(29.024)	(22.993)	(20.889)

						Consolidado				
						Impactos no resultado abrangente				
						Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Principal de instrumentos financeiros derivativos (i)	Unidade	Choque nas curvas de 30/9/2021	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%		
Taxas de juros										
CDI 6,15%	233.894	BRL milhares	178 bps*	(166)	367	741	(360)	(713)		
Cupom de dólar	43.000	USD milhares	27 bps*	544	43.485	86.970	(43.485)	(86.970)		
Câmbio										
USD	43.000	USD milhares	-4,40%	7.655	43.485	86.970	(43.485)	(86.970)		

\* bps - basis points

Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas de derivativos, pois a análise realizada contemplou somente os cenários de taxas de juros sobre o valor principal das operações financeiras. Empréstimos e financiamentos não contemplam os custos de captação.

## 26.5 Instrumentos financeiros por categoria

### Política contábil

As compras e vendas normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, se houver, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro líquido" no exercício em que ocorrem. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido, em "Ajuste de avaliação patrimonial" no exercício em que ocorrem.

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

#### (i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

#### (ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

#### (iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/9/2021	31/12/2020	30/9/2021	31/12/2020
<b>Ativos</b>					
Ao custo amortizado					
Equivalentes de caixa (i)	5	192.916	101.655	1.354.763	1.084.244
Fundo de liquidez - conta reserva	5.1	-	-	100.385	83.035
Contas a receber de clientes (i)	6	-	-	324.207	384.390
Ativo sujeito à indenização	8	-	-	1.739.161	1.739.161
		<u>192.916</u>	<u>101.655</u>	<u>3.518.516</u>	<u>3.290.830</u>
<b>Passivos</b>					
Ao custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	4.322.373	3.749.688
Fornecedores	13	78.385	79.082	332.862	189.472
Arrendamentos		53	118	5.869	6.607
		<u>78.438</u>	<u>79.200</u>	<u>4.661.104</u>	<u>3.945.767</u>
Ao valor justo por meio do resultado					
Contratos futuros de energia		-	-	25.043	21.444
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.043</u>	<u>21.444</u>
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Instrumentos financeiros derivativos	26.2	-	-	45.944	104.225
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>45.944</u>	<u>104.225</u>
		<u>78.438</u>	<u>79.200</u>	<u>4.732.091</u>	<u>4.071.436</u>

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

## 27 Pesquisa e desenvolvimento

Conforme a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento devem ser distribuídos do seguinte modo:

- 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT;
- 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulados pela ANEEL;
- 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Ministério de Minas e Energia – MME.

O projeto de P&D no setor de energia elétrica deve ser original e inovador, diferente da pesquisa acadêmica pura que se caracteriza pela liberdade de investigação, deve ter metas e resultados previstos. Para respeitar a obrigação de investir em P&D, as empresas devem enviar à ANEEL seus projetos, contendo informações sobre os resultados esperados, a sua aplicabilidade, os custos previstos para execução, a expectativa de retorno financeiro, a pertinência do estudo a temas de interesse do setor elétrico e o grau de inovação ou avanço tecnológico pretendido. Após o encerramento do projeto, a ANEEL fará uma avaliação criteriosa dos resultados

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

alcançados e dos gastos incorridos, para fins de aprovação, total ou parcial, do projeto e reconhecimento dos investimentos realizados. Os gastos não reconhecidos num dado projeto aprovado parcialmente ou reprovado deverão ser estornados à Conta de P&D e remunerados pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

Os montantes registrados no ativo, referem-se a ordens de projetos, as quais estão vinculadas a aplicação de tais recursos, porém ainda não foram concluídas, os valores estão apresentados a custo amortizado.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Ordens de Projetos - Pesquisa e Desenvolvimento	59.010	52.685
	<b>59.010</b>	<b>52.685</b>

## 28 Seguros

A Companhia e suas controladas mantém em vigor apólices de seguro de Responsabilidade Civil Geral (RCG), Responsabilidade Civil dos executivos e diretores (D&O), além de cobertura de seguros de Riscos Patrimoniais, com as coberturas, limites de indenização e prazos de vigência indicados na tabela abaixo. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação (não auditado).

Modalidade	Principais coberturas	Limite máximo	
		de indenização (LMI) - BRL Mil	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	961.000	até Maio/2023
RCG	RC Operações, Empregador, Poluição Súbita, Danos Morais, entre outras	65.000	até Dez/2021
D&O	Indenização aos Administradores, Reembolso ao Tomador, entre outras	130.000	até Abril/2022

O prêmio total pago pela Companhia e suas controladas para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 11.404.

## 29 Compromissos de longo prazo

A companhia possui compromissos futuros firmados com os arrendadores dos terrenos onde foram construídos os aerogeradores de seu complexo eólico, a principal premissa é um percentual sobre a receita líquida dos parques a ser paga, rateada proporcionalmente a área do terreno pertencente a cada arrendador, tal compromisso de arrendamento está vinculado a estes empreendimentos até o final das autorizações emitidas pela ANEEL, estas autorizações se estendem entre os anos de 2049, 2050 e 2051, conforme demonstrado na Nota 1.

Ainda a Companhia e suas controladas que comporão o futuro complexo eólico Piauí II e III, têm como plano de médio prazo o investimento de aproximadamente R\$ 2 bilhões na construção dos novos parques eólicos, para os quais existem compromissos já assumidos junto a fornecedores relacionados às obras civis nos parques, aquisição de aerogeradores, linhas de transmissões e rede de média tensão e subestações, que atenderão a demanda que será gerada pelos parques. Os vencimentos variam de contrato para contrato, sendo o mais longo deles com término em novembro de 2022.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

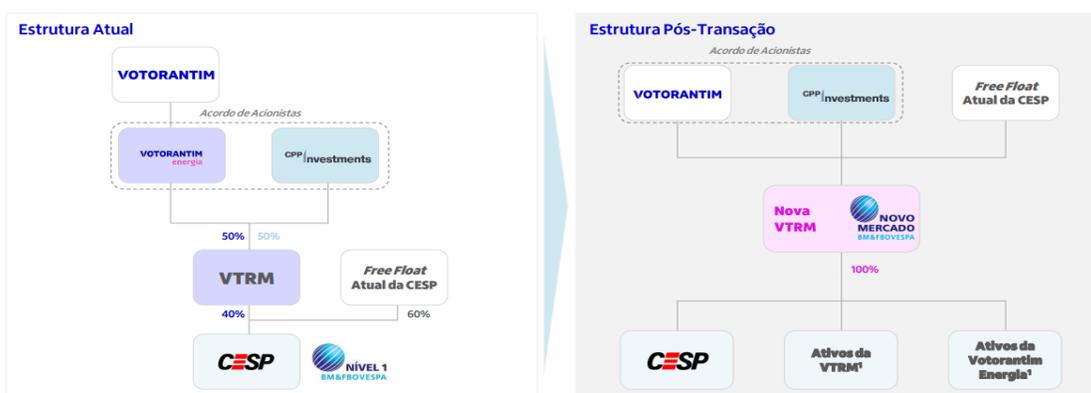
## 30 Eventos subsequentes

### 30.1 Reestruturação societária decorrente das Operações VTRM e CESP:

Em 18 de outubro de 2021, a controladora da VGE, Votorantim S.A. e o Canada Pension Plan Investment Board (CPP Investments) anunciaram a intenção de consolidar ativos de energia no Brasil, que terá ações listadas no Novo Mercado da B3.

Como parte do processo de reorganização, as empresas do grupo Votorantim: CBA, Votorantim Cimentos e Nexa Resources assumiram a gestão de seus ativos de autoprodução de energia que anteriormente estavam sob administração da Votorantim Energia.

A seguir, um quadro ilustrativo de como se dará esta transação de reestruturação societária:



A consolidação pretende acontecer por meio de duas transações principais, e compreenderá diversas etapas, as quais detalhamos nos tópicos seguintes.

#### Transação VTRM:

##### a) Incorporação reversa VGE

A transação VTRM prevê a incorporação reversa da VGE pela VTRM, que passará a deter os seguintes ativos do patrimônio da VGE no momento da incorporação:

- (i) Participação de 66,6667% do capital social da CBA Energia, cujos ativos de geração incluem UHE Campos Novos e UHE Barra Grande, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão;
- (ii) Participação de 66,6667% do capital social da Pollarix, cujos ativos de geração incluem UHE Amador Aguiar I e II (Consórcio Capim Branco), UHE Picada, UHE Igarapava (Consórcio Igarapava) e UHE Campos Novos, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão;
- (iii) Participação de 100% do capital social da Votener, correspondente a 16.438.442 quotas de sua emissão.

Em consequência da incorporação reversa VGE, as 992.547.439 ações de emissão da VTRM e de titularidade da VGE serão canceladas e substituídas por igual número de ações da VTRM a serem atribuídas à VSA, na qualidade de única acionista da VGE. Além disso, em razão dos Ativos incorporados pela VTRM, serão emitidas 612.874.904 novas ações ordinárias da VTRM, também atribuídas à VSA ("Novas Ações VTRM"). O valor econômico atribuído (*equity value*) aos Ativos da VGE (excluindo o valor da participação detida pela VGE na VTRM) foi de aproximadamente R\$ 2,8 bilhões.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**b) Aporte de capital CPP Investments**

Como ato subsequente, o capital social da VTRM será aumentado em R\$ 1,5 bilhões, com a emissão de 365.803.013 novas ações, a serem totalmente subscritas por CPP Investments, com integralização em moeda corrente nacional.

Após a implementação da Transação VTRM, VSA e CPP Investments passarão a deter participações societárias de aproximadamente 54,2% e 45,8% no capital social da VTRM, respectivamente.

**c) Abertura de Capital da VTRM e Listagem no Novo Mercado**

Em 10 de dezembro de 2021, a VTRM, submeteu pedido de registro de companhia aberta categoria “A” perante a CVM (“Abertura de Capital”) e de listagem no Novo Mercado da B3 (“Listagem no Novo Mercado”), observado que a efetiva listagem e negociação de ações da “Nova VTRM” no Novo Mercado dependerá da conclusão da Transação CESP.

**d) Resgate de Ações Preferenciais da CESP**

A VTRM realizará o resgate automático e compulsório da totalidade das ações preferenciais resgatáveis da CESP, com pagamento em dinheiro, em momento imediatamente subsequente à sua emissão. Uma vez resgatadas, contra a conta de reserva de capital da VTRM.

**e) Proposta de incorporação de Ações da CESP pela VTRM**

Como ato subsequente a abertura de capital, e de modo a permitir que os acionistas minoritários da CESP participem da “Nova VTRM”, será apresentada uma proposta para a incorporação de ações, com a incorporação da totalidade das ações de emissão da CESP pela VTRM, e consequente atribuição, aos demais acionistas da CESP, dessas novas ações.

**f) Aprovações**

A reorganização societária não está sujeita à aprovação de nenhuma outra autoridade governamental, quer no Brasil, quer no exterior, com exceção da aprovação prévia do Conselho administrativo de defesa econômica (“CADE”) e das autoridades antitruste da União Europeia e Turquia, considerando as etapas descritas.

Nos fatos relevantes divulgados pela controlada CESP, em 24 de novembro de 2021, 10 de dezembro de 2021 e 03 de janeiro de 2022, a condição precedente relativa à aprovação do CADE foi obtida de forma definitiva e houve aprovação das autoridades antitruste da União Europeia e Turquia, completando todas as aprovações necessárias.

**g) Comitê especial independente da controlada CESP**

Em 21 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da controlada CESP aprovou a criação de Comitê especial independente da controlada CESP (“Comitê”) que, observadas as orientações previstas no Parecer de Orientação da Comissão de Valores Mobiliários nº 35, terá por função negociar a operação de reorganização societária proposta de forma não vinculante pela Votorantim S.A. e pelo Canada Investment para a incorporação da totalidade das ações de emissão da controlada CESP pela VTRM.

O Comitê é composto por: (a) um administrador escolhido pela maioria do conselho de administração; (b) um conselheiro eleito pelos acionistas não-controladores; e (c) um terceiro, administrador ou não, escolhido em conjunto pelos outros dois membros, sendo que o Comitê possui os seguintes integrantes:

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- (i) Sra. Glaisy Peres Domingues, conselheira de administração da controlada CESP, na qualidade de membro do Comitê eleita pelo Conselho de Administração da CESP;
- (ii) Sr. Felipe Dutra Caçado, membro independente do Conselho de Administração da controlada CESP, eleito para ocupar esse cargo em votação em separado, na qualidade de membro do Comitê indicado por acionistas não-controladores; e
- (iii) Sr. Fernando Fontes Iunes, na qualidade de membro independente não administrador da controlada CESP, indicado, de comum acordo, pelos conselheiros e membros do Comitê, Sra. Glaisy Peres Domingues e Sr. Felipe Dutra Caçado.

O Comitê concluiu junto à administração da VTRM, as negociações da relação de troca das ações de emissão da CESP por ações de emissão da VTRM no âmbito da incorporação de ações da CESP (“Relação de Substituição”), e submeteu, em 07 de janeiro de 2022, ao Conselho de Administração da CESP a recomendação acordada, de forma unânime, pelos membros do Comitê para a relação de substituição.

A relação de substituição foi livremente negociada entre a administração da VTRM e o Comitê e incluíram as seguintes premissas:

- (i) o valor econômico (*equity value*) atribuído aos ativos da VGE a serem contribuídos na VTRM — excluindo o valor da participação detida pela VGE na VTRM — foi de aproximadamente R\$ 2,8 bilhões;
- (ii) os recursos em dinheiro a serem contribuídos por CPP na VTRM será de R\$ 1,5 bilhão;
- (iii) o valor econômico (*equity value*) atribuído à VTRM — sem considerar a participação detida pela VTRM na CESP e os efeitos da operação — foi de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões;
- (iv) o valor econômico (*equity value*) atribuído à controlada CESP foi de aproximadamente R\$ 9,1 bilhões, equivalente a aproximadamente R\$ 27,93 por ação (independentemente da classe ou espécie e desconsideradas as ações em tesouraria);
- (v) para determinação dos valores econômicos (*equity value*) indicados acima, foi considerada a data base de 31 de dezembro de 2021 e utilizou-se a metodologia de fluxo de caixa descontado; e
- (vi) o valor do resgate das ações preferenciais resgatáveis no âmbito da incorporação de ações da CESP, no valor por ação da Companhia de R\$ 0,40 e no valor total de aproximadamente R\$ 78,5 milhões, considera a estimativa dos valores dos tributos a serem retidos, pela VTRM, dos investidores não residentes por força da operação.

Assumindo as premissas acima e considerando a Relação de Substituição aprovada pelo Comitê e pelo Conselho de Administração da CESP, na data de efetivação da incorporação de ações, os acionistas não controladores, receberão, para cada 1 ação de emissão da controlada CESP de sua titularidade, independentemente da espécie ou da classe:

- (i) 6,567904669174 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da VTRM; e
- (ii) 0,095425888495 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da VTRM, compulsoriamente resgatáveis.

Como a reorganização societária contempla a entrega, aos acionistas da controlada CESP, de ações preferenciais compulsoriamente resgatáveis da VTRM, com base na relação de substituição e considerando o referido no valor total de, aproximadamente, R\$ 78,5 milhões, a VTRM passará a ter a seguinte estrutura societária final:

Acionistas	Quantidade de ações	Participação
VSA	1.605.422.350	37,74%
CPP Investments	1.358.350.459	31,93%
Outros acionistas	1.289.736.569	30,32%
Total	4.253.509.378	100,00%

A relação de substituição poderá ser ajustada proporcionalmente em caso de modificação do número de ações do capital da VTRM e da CESP, incluindo quaisquer desdobramentos, grupamentos e bonificações das ações da VTRM ou da CESP, conforme aplicável, e proventos (incluindo dividendos e juros sobre capital próprio) que venham a ser declarados pela VTRM ou pela CESP.

Considerando que já foi definida a relação de substituição proposta, deverá ser convocada a assembleia geral extraordinária da controlada CESP para deliberar a respeito da incorporação de ações da CESP pela VTRM, sendo que a expectativa é de concluir a Operação CESP até abril de 2022.

### 30.2 Aumento de capital da Companhia

Em 10 de novembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, houve a deliberação sobre exercício dos bônus de subscrição nº 01, 02, 03 e 04 emitidos conforme aprovado 29 de maio de 2018, e aprovação do aumento de capital, no montante de R\$ 22.847, sendo totalmente integralizado, na mesma data, através de transferência bancária pelo CPP Investment.

### 30.3 Aquisição do projeto solar Jaíba V

Em 09 de dezembro de 2021, a Companhia, adquiriu o projeto Jaíba V para desenvolvimento de novos parques solares na região de Minas Gerais, cujo início de construção está previsto para ocorrer até fevereiro de 2023, com entrada em operação comercial prevista para ocorrer até janeiro de 2024. O complexo será composto por 13 parques solares localizados na região de Serra de Ibiapaba e terá uma capacidade instalada de geração de energia de 626 MW.

O valor do acordo de compra e venda na data do *closing* da operação totalizou R\$ 127.538, sendo que R\$ 87.665 foi reconhecido no ativo intangível correspondente ao custo de aquisição do projeto de exploração, e R\$ 39.873 foi reconhecido no investimento, correspondente ao valor patrimonial das empresas adquiridas no âmbito do projeto. Do saldo total do acordo, o montante de R\$ 96.568 foi pago no ato da aquisição, e o restante, no montante de R\$ 30.970, será pago na data de aprovação do início da construção, não podendo ultrapassar a data de 30 de junho de 2023.

### 30.4 Aporte de capital em controladas

Em 10 de dezembro de 2021, houve a deliberação de aumento de capital da controlada Santo Estevão Holding S.A., no montante de R\$ 4.123, através de transferências de ativos que a VTRM detém.

Em 16 de dezembro de 2021, houve a deliberação de aumento de capital da controlada Santo Ângelo Energias Renováveis S.A., no montante de R\$ 18.719. No dia 21 de dezembro de 2021, a VTRM realizou a transferência bancária para sua controlada, no montante de R\$ 33.813, correspondente ao aumento de capital no montante de R\$ 18.719 e à integralização de capital no montante de R\$ 15.094.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.